

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia

**(RE)PENSANDO O ABUSO SEXUAL EM CONTEXTO
UNIVERSITÁRIO:**

Afeto, Compartilhamento e a Construção de Fatos.

Mariana Barroso da Costa

Monografia apresentada junto ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia.

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Antropologia

**(RE)PENSANDO O ABUSO SEXUAL EM CONTEXTO
UNIVERSITÁRIO:**

Afeto, Compartilhamento e a Construção de Fatos.

Mariana Barroso da Costa

Prof. Dr. Daniel Schroeter Simião –
Orientador e Presidente da Banca.
Departamento de Antropologia,
Universidade de Brasília.

Profa. Dra. Fabiene Gama – Membro da
banca. Departamento de Antropologia,
Universidade de Brasília.

AGRADECIMENTOS

Fiquei durante talvez o semestre todo imaginando muitas vezes emocionada sobre meus agradecimentos. Agora na hora de escrever, uma nova emoção. A dúvida que fica comigo é apenas como começar a agradecer. Sei que poucos vão ler isso de verdade, mas não queria deixar de agradecer ninguém. Então pensei em pequenas lembranças que traduzissem meus agradecimentos, então quando lerem, imaginem horas de tagarelice, em indecifráveis contos e emoções em cada agradecimento.

A decisão pareceu difícil apenas pela questão lúdica, porque eu já sabia que começaria esse texto pelas mulheres da minha vida, pelas minhas mães, porque sem elas eu não saberia o que é ser mulher, guerreira e batalhar pelo que a gente quer. Ser independente e vencer, isso além de muito do que eu sou que agradeço aqui como meus maiores aprendizados. Durante a vida, por caminhos muito diferentes elas me ensinaram a importância do cuidado, da verdade e da liberdade. E se hoje posso ser verdadeiramente livre, é porque sei que não preciso estar sozinha pra sentir isso. Tenho sempre por perto minhas sempre rainhas Zulmira Costa e Simone Santos. Mãe e Mãedrinha.

Em segundo lugar, não menos importante, agradeço ao meu pai, por ter me ensinado a seguir em frente quando eu não conseguia enxergar esse caminho pela frente. O homem que me ensinou sempre que quem define minhas conquistas sou eu, com inspiração e transpiração, porque dificuldade "é sempre uma questão de perspectiva" - ele me disse, em um dos momentos mais inesquecíveis que tive com ele. Ao meu bravo pai, Lourimar V. R. Costa.

Em terceiro, por uma questão de ordem mesmo, ao meu irmão, porque se não fosse ele duvidar de mim quando eu era pequena que eu fazia cálculos com números ou me propor desafios, muitas vezes desnecessários, eu nunca perseguiria coisas inalcançáveis. Além dos papos mirabolantes e a garantia de que eu sempre teria alguém ali pra ter um papo doido na hora certa ou pra simplesmente estar do meu lado quando eu precisar. Ao meu chato irmão, Pedro Henrique.

Além disso, quero agradecer à minha família que eu escolhi e cativei ao longa da vida e de tantas loucuras, mas aqueles que eu sei que estão sempre ali do lado. Queria agradecer aos meus amigos de longa data: Lucas Ribeiro, pelo apoio aos xiliques sem hora ou limites, as conversas, as espiritualidades e a incrível sincronicidade de defeitos. Livia Vigano, pelas risadas e distrações filosóficas sempre garantidas. Gabriela Cunha, pela paciência forçosa de me fazer entender a vida de uma forma mais simples, fora os apoios acadêmicos, técnicos e filosóficos de altas horas. Tamara Luiza, pela luz que trouxe ao meu caminho e pela acolhida continua nas horas de aperto (além das risadas eternas). Marina Ramos, minha querida amiga, quase irmã, que me apoiou desde pequena nas minhas doidices, inclusive a de fazer antropologia ou sair de salto. Elissa Oliveira, prima querida, irmãzinha de outras vidas, que me garantia diariamente os risos com borboletas, pipocas e causos dramáticos. Marcel Tomazette, meu companheiro, recém-chegado e tão especial, que me deu talvez um dos maiores suportes nesse momento.

Agradeço também as minhas companheiras de vida e projetos, as quais muitas fui apresentada só agora (um absurdo cosmológico): Mayara Albuquerque, pelo companheirismo na missão monográfica e na vida, além dos retiros no mato. Gabriella Safe, pelo companheirismo no Coletivo e em outros projetos, sempre ativa. Aline Matos, pelo apoio nos corredores na UnB e cariño. Juliana Carcéres, brasiliense diretamente da Bahia! Minha querida, companhia de papos mirabolantes e longos, dos quais senti tanta falta nesse retiro monográfico. Wanderson Flor, talvez o primeiro professor que tenha me motivado a ir além e me mostrado que a academia pode ser uma pratica de companheirismo. Fabiene Gama, pelas conversas sobre a Índia, planos futuros sempre tão estimulantes, indicações afetivas e luzes acadêmicas.

Além do agradecimento formal ao meu orientador Daniel Schroeter Simião pela confiança e credibilidade nas ideias sempre tão loucas e confusas. As professoras envolvidas no projeto do Coletivo Afetadas, Professora Tânia Maria, Lourdes Bandeira, Soraya Fleischer e outras. Por ultimo, aqueles agradecimentos saudosos de pessoas que passam pela sua vida como um sopro de luz e te apoiam nos momentos mais inesperados, mas foram muitas pra dizer todos os nomes. Gratidão!

Enfim, agradeço muito a todos os envolvidos na dor e na beleza de escrever essa monografia. Afinal, aos que acompanharam o choro foi sempre livre, o drama intenso e os imprevistos e baques do caminho sempre muito loucos. Mas chegamos todos ao fim e vocês sobreviveram, meus parabéns e muito obrigado!

RESUMO

A presente dissertação trata sobre o Abuso Sexual no Contexto Universitário a partir da experiência de um grupo de estudantes da Universidade de Brasília. Observando a dinâmica de construção de direitos a partir da reflexão do discurso jurídico e o afeto. O discurso jurídico é observado enquanto um conjunto de normas abstratas que são analisados a partir dos limites das suas categorias sobre uma expectativa prática de comportamento normativo. O afeto por sua vez se apresenta por uma inversão, onde as práticas geram transformações sobre categorias, que são fundamentadas a partir do *compartilhamento*. Dessa forma, reescrevendo fatos e percepções de direitos a partir de experiências subjetivas de reconhecimento de identidades.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – Metodologia, primeiros passos	9
1. Metodologia	9
2. Quando nos Afetamos	17
CAPÍTULO 2 – Perspectiva Jurídica e outros apontamentos	22
1. Perspectiva Jurídica	22
2. Limites e Extensões dos Conceitos de Dignidade e a Tutela de Direitos – Moralidades Institucionais	25
2.1. A Categoria de Sujeito e a Formação do Sujeito Moral de Direitos.	25
2.2. A Universalidade do Direito e as Concepções de Humanidade e Dignidade.	27
3. O Corpo e a Agência	29
CAPÍTULO 3 – Construção de Fatos e a Justiça Institucional	32
1. Pautas e Ação Coletiva	32
2. O Espaço Universitário e a Criação de Identidades	40
CAPÍTULO 4 – Da Experiência Individual ao Compartilhamento	46
1. Movimentos Sociais Alternativos e o Espírito Coletivo	46
2. O Afeto nos Movimentos Sociais	49
CONCLUSÃO – Considerações Finais	55
BIBLIOGRAFIA	58

"Para quem escrevemos, é necessário examinar não só a verdade do que falamos, mas também a verdade da linguagem em que o dizemos. Para outras, se trata de compartilhar e difundir aquelas palavras que significam tanto para nós. Mas em princípio, para todas nós, é necessário ensinar com a vida e com as palavras essas verdades que acreditamos e conhecemos mais além do entendimento. Porque só assim sobreviveremos, participando num processo de vida criativo, contínuo e em crescimento.

(...) O fato de estarmos aqui e que eu esteja dizendo essas palavras, já é uma tentativa de quebrar o silêncio e estender uma ponte sobre nossas diferenças, porque não são as diferenças que nos imobilizam, mas o silêncio. E restam tantos silêncios para romper!"

(Audre Lorde - trecho de "Transformação do Silêncio em Linguagem e Ação", Chicago, Illinois, 1977)

Capítulo I

A presente dissertação e minhas primeiras inquietações de campo, não foram resultantes de uma interação, ou das dificuldades ou limitações de uma aproximação, mas teve um caráter muito pessoal e introspectivo, de certa forma. A etnografia quase sempre como exercício de interação e contato promoveu em mim um exercício intenso de auto-observação. Em tantos outros temas esse efeito deve ser inevitável, mas a descrição do “outro” muitas vezes se torna latente em contra-mão da descrição da forma que nos afetamos com aquele tema que escolhemos. Foram muitas reflexões sobre de que forma trazer essas minhas inquietações.

A minha escolha foi de assumir que esse diálogo não está sendo feito para além da minha experiência ou aquém dela, mas sim de forma a *ser afetada*, dentro da categoria cunhada por FRAVET (2005), onde fiz uma escolha metodológica por me deixar afetar pelas experiências que compartilhei, assegurando a possibilidade de compreendê-las pra além de uma *empatia* e distante de uma perspectiva de observação participante, o que em muitos casos se assemelha a uma observação que não participa e a uma participação que não observa.

Apresentado esse aspecto, acredito que seja importante sinalizar que esse capítulo se pretende uma apresentação ou descrição breve dessa dimensão do afeto no campo e como ele gerou uma série de questionamentos práticos que redirecionaram o meu campo de forma decisiva. Percurso que me leva a participar do *Coletivo Afetadas* na Universidade de Brasília, lugar de onde faço a interlocução dessa pesquisa e as análises posteriores apresentadas nos quatro capítulos do presente trabalho.

1. Metodologia

O principio dessa descrição metodológica parte da discussão apresentada previamente de que o tema para além da sua importância se apresentou de forma diferenciada por não ser uma experiência distante ou impensada, não só para mim, mas para tantas *outras* tão próximas. A experiência de campo foi um tanto quanto difusa e

dinâmica, por se tratar de um tema que vem constantemente ganhando força e lugar de interlocução em mídias e redes sociais. Pra além da experiência de integrante e observadora do grupo de estudantes que se organiza dentro da Universidade de Brasília, acompanhei várias outras fontes de um movimento contingente de demandas por direito e visibilidade dos casos de violência e abuso sexual em *campus* universitário.

Após 83 dias de investigações, mais de 100 pessoas ouvidas e um volume de aproximadamente 9 mil documentos, a **CPI das Universidades** chegou ao seu final nesta semana na **Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp)**. Foram 37 audiências que produziram um relatório final de 194 páginas, nas quais foram relatadas uma série de barbaridades vividas no mundo acadêmico paulista. (FONTE: GELEDES, “CPI das Universidades conclui trabalho com suspeitas de mais de 110 estupros na USP”, 13/03/2015)

“Tenho medo que eles abafem o caso”. A frase é da estudante do quarto ano do curso de Veterinária da Universidade de São Paulo (USP) Bianca Cestaro de Almeida, vítima de um estupro ocorrido em julho de 2013, em um alojamento em Pirassununga, no interior de São Paulo (...). A estudante comentou ainda, também à CPI, que um segurança da faculdade a orientou a não fazer nada por "estar bêbada". (FONTE: BRASILPOST, “*Estupros na USP: Sindicância orienta expulsão de agressor, mas vítima e professor revelam ação para 'abafar' o caso*”, 23/07/2015).

"Ele falava: tudo bem, você não precisa querer, vai ser rápido". Esse é o relato de uma estudante de veterinária da

Universidade de São Paulo (USP), que denunciou ter sido estuprada por um universitário intercambista em uma república de Pirassununga (SP). (FONTE: G1 GLOBO, “*Estudante da USP denuncia estupro: ‘Ele dizia que eu não precisava querer’*”, 23/12/2014).

No caso da USP, duas alunas da Faculdade de Medicina da instituição (FMUSP) – a mesma dos casos denunciados que deflagraram a CPI na Alesp e uma investigação do Ministério Público – falaram de estupro sofridos em 2004 e 2011, respectivamente, ambos em eventos da Associação Atlética Acadêmica Oswaldo Cruz. Ambas sofrem com os traumas e com a impunidade dos envolvidos até hoje. (FONTE: BRASILPOST, “*Estudantes da USP e da Esalq depõem à CPI na Alesp e revelam dramas pessoais após estupro e impunidade dos agressores*”, 10/01/2015)

Uma jovem de 19 anos foi vítima de estupro na madrugada deste sábado (8), durante uma festa de música eletrônica, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no bairro Goiabeiras, em Vitória, segundo a polícia. A jovem contou que foi rendida por um homem armado enquanto procurava um banheiro. (FONTE: G1 GLOBO, “*Jovem é estuprada em festa rave no campus da Ufes, diz polícia do ES*”, 08/09/2012)

Essas manchetes são apenas alguns (poucos) relatos de uma realidade não tão distante do meu contexto ou do contexto daquelas com as quais eu pretendia dialogar. Inicialmente pretendia me debruçar sobre a constante associação do consumo de álcool com os casos de abuso sexual e outras violências de gênero dentro do contexto

universitário. Essa ideia veio de uma série de notícias e relatos que eu vinha ouvindo, desde amigas a casos mais distantes que passaram a sair na mídia.

Já com essas definições elaboradas, minha primeira imersão em campo foi muito anterior a uma definição clara e objetiva de um objeto de pesquisa, existia ali apenas uma intenção de tema. Mas em uma tarde cotidiana na Universidade de Brasília, que freqüento há alguns anos como aluna do curso de Ciências Sociais, em uma das minhas janelas de horário, fui ao centro acadêmico, lugar construído em universidade para integração de alunos do mesmo curso, onde além desses encontros, também são construídas pautas e demandas específicas. É importante ressaltar a relevância da existência desse espaço para não só o início dessa trajetória, mas para um contínuo diálogo com os alunos nas ações posteriores. Pois bem, sentada no banco em frente ao Centro Acadêmico, apelidado carinhosamente de CASO, observava uma situação de agitação entre alguns alunos que pareciam um tanto quanto exaltados. Em princípio essa não é uma situação tão incomum, porque diversas discussões desenvolvidas lá têm esse mesmo efeito de exaltação e discussões calorosas. Não sei por que ao certo, mas essa me pareceu diferente.

Como boa curiosa, categoria muito comum aos que praticam anos de um curso que nos treina constantemente para a tal da observação, chamei um dos meus conhecidos que estava envolvido na discussão e questionei qual era a temática debatida. Imaginando que seria alguma questão política da gestão ou construção de pauta. Mas não. Naquele momento, eu não sabia, mas minha pesquisa estava mudando de percurso. A partir das próximas informações que eu recebi, sem nem ao menos saber que receberia. Esse meu amigo ainda exaltado, acendendo um cigarro, começou a me contar o *caso*. O relato ainda um tanto eufórico e agitado me pareceu pouco apurado. Mas o *fato* é que um dos alunos do nosso curso, muito conhecido pela grande proximidade com outros tantos movimentos sociais, havia estuprado uma estudante. Até o momento, entretanto, só o que ecoava nos meus ouvidos era uma série de questões. Porque exatamente por uma questão de empatia, eu queria saber quem era o alvo da agressão, tudo indicava que era alguém do nosso círculo de convivência. Alguém que pode durante esses anos de curso ter sentado nas mesmas salas que eu ou em mesmas rodas de conversa. Mas mais do que isso podia ser eu, ou qualquer amiga. Entretanto, seu nome era sempre oculto da descrição e a explicação dada como evidente era a

preservação dela em relação ao abuso. A exposição da sua identidade era constantemente problematizada por aqueles que ouviam.

Uma das formas de problematização era exatamente o questionamento de como que podíamos acatar uma denúncia grave dessas, sem ao menos identificar as pessoas envolvidas. Pode parecer inócuo mencionar o fato da ocultação, mas nesse momento ela foi crucial para como aquela história passou a ser reproduzida e narrada por entre os alunos. Estamos acostumados a um perfil de descrição semelhante a denúncias, onde a individualização e personificação são importantes para a construção de *fatos*. O inquietante era contar uma história sem *vitima*, sem a figura que nos gera empatia, afetação. Não por acaso, essa era a principal questão ao final dos relatos intensamente compartilhados naquele dia, “Quem?”. É claro que esse questionamento não se fazia apenas em torno da estudante, mas igualmente sobre o agressor.

E constantemente a identificação do agressor, resultava em tantos e tantos relatos de uma vida pregressa que indicasse a possibilidade dessa conduta. Indícios, sinais, outros casos, abordagens problemáticas em mulheres e etc. O que me parece natural é que o agressor, estuprador ou tantas outras categorias as quais foram usadas para definir uma identidade clara de desvio de conduta, tivesse constantemente sua identidade exposta. Não só por ser um aluno do curso, mas como uma espécie de marcador. O que me questionei algumas vezes ainda sentada, ouvindo repetidas vezes aquela história, é onde estava essa outra pessoa, envolvida, violentada e obscura atrás desses relatos, relatos que fazem parte da história dela. A sensação que me angustiou naquele momento foi perceber o processo de silenciamento dessas mulheres, e o quanto eles não eram inesperados, ao contrário, compreendidos e naturalizados. Ela não pode se expor. A existência dela enquanto sujeito, estava conectada de certa forma a essa experiência, já não importa mais se o nome dela era Maria Antônia, se ela fazia arte ou geografia. As pessoas se questionam sobre o seu nome para dar identidade ao personagem de uma história. É como se o *estigma*¹ (GOFFMAN, 1988) pudesse sobressair a um percurso de vida, se destacando de uma trajetória subjetiva.

¹ A categoria de *estigma* aparece aqui no sentido da dupla perspectiva do estigmatizado, onde ele tem uma característica distintiva que pode ser conhecida ou imediatamente evidente ou o desconhecimento e não identificação. Sendo assim, ele distingue essas experiências em duas condições o desacreditado ou desacreditável. Sendo assim o estigma um signo de juízo moral sobre essa experiência que define uma identidade aos personagens por meio de uma dicotomia.

Estamos sempre nos questionando sobre a gravidade das acusações e estigmas que podemos gerar sobre os agressores, mas e esse estigma naturalizado do silêncio? É importante ressaltar que todos esses meus questionamentos recaiam sobre a descrição de uma história, não sobre um *fato*.

A partir desse acontecimento, já com o projeto de monografia escrito, passo a me debruçar sobre os discursos e as formas de mobilização que surgem a partir do seguinte acontecimento: aquela história se tornou carta. Carta essa lida no dia 26/08/14 naquele mesmo espaço no qual tive o meu primeiro contato com o tema. Essa reunião foi marcada logo após meu primeiro encontro com o relato. Os primeiros percursos e limites metodológicos surgem exatamente nessa reunião.

O convite da reunião foi feito no espaço do Centro Acadêmico como de corriqueiro de outras pautas, a proposta tinha sido levantada por um grupo de amigas da estudante que sofreu agressão. Como os convites são sempre localizados, imaginei que aquele encontro se daria em um número pequeno de alunas. Mas não, a reunião contou com um contingente de 50 alunas em média, organizadas em um ambiente quase insalubre. Acompanhado pelo clima seco de Brasília, o CASO estava de portas fechadas, com mulheres amontoadas de várias formas, compondo aquele espaço de uma forma um tanto quanto orgânica e estética específica. As conversas paralelas eram muitas e os pedidos de silêncio constantes, mas um momento se distingue e muda o rumo daquela euforia. É esclarecido em um primeiro momento, em meio a muita emoção, que a situação não seria ali recontada pela narrativa de outrem, mas que seria lida uma carta, íntima. De uma personagem que ali escrevia sua história pra outras várias desconhecidas.

A princípio acreditava que aquele momento seria uma apresentação de denúncia, postura muito comum no nosso curso. Em meio a tanta agitação o silêncio tomou conta e a carta foi aberta e lida em voz alta em meio a um grupo de mulheres, com trajetórias muito diferentes de vida e percurso acadêmico. Durante a leitura, vários foram os comportamentos, reações e gestos de emoção entre as estudantes. Ao ouvir uma descrição que elucidava muitos aspectos daquilo que se sentiu, mas que chamou atenção pela contínua narrativa de uma dificuldade ainda latente de compreender o que havia acontecido e mais do que isso, de significar aquela experiência enquanto um ato de violência. O relato se diferenciava exatamente pela forma como a emoção era ali

descrita e pela forma que cada linha do que foi ali compartilhado mobilizava uma série de emoções e um processo de empatia.

A descrição da carta não vai ser feita aqui por conta do meu primeiro desafio metodológico. Muito antes de estar ali como pesquisadora, eu estava naquele espaço como qualquer uma daquelas 50 mulheres, envolvida e afetada para além de uma reação impensada, mas por um processo intenso de reconhecimento de iguais. Então o que apresento aqui é a descrição do efeito do campo sobre mim enquanto escutava aquela carta. A história não era incomum. Ela estava em uma mesa de bar, lugar constantemente freqüentado por estudantes universitários, confraternização e convívio universitário de Brasília. Não obstante, lugar onde vivenciamos uma série de experiências em relação a flertes. Enquanto ela estava sentada em uma mesa de bar com suas amigas, em meio a inúmeras distrações, visualizou de longe esse “cara”, achou interessante, mas não fez nenhuma aproximação ou investida em relação à ele, continuo ali, entretida em meio as conversas e copos de cerveja. Embora esse olhar tenha acontecido, aquele acontecimento havia sido secundário. Já no final do dia, ela se despede das pessoas da mesa e caminha para o ponto de ônibus. Ainda saindo do bar, um estudante, por acaso, o mesmo com o qual havia trocado olhares se oferece de forma gentil para acompanhá-la.

Ela estava alcoolizada, razão pela qual havia decidido ir embora também. Ao chegar no ponto ainda zozza, sentou-se. Ele logo se sentou ao lado dela e a insinuar seu interesse, dessa forma ele começou a fazer pequenas carícias na perna dela, nesse momento, ela compreendeu o que estava acontecendo, mas não reagiu até o momento no qual ele tentou beijá-la, nesse momento ela recusou abertamente a investida. Ele não aceitou essa primeira recusa e as percepções dela ficaram cada vez mais confusas, foi quando ele tomou sua mão e começou a se masturbar enquanto pronunciava para ela “eu sei que você quer”, enquanto ela não conseguia oferecer resistência. Entre *flashes de memória*, ela foi abusada ali mesmo, na parada de ônibus. Ele a encostou contra a estrutura do ponto, colocou o preservativo, levantou o vestido dela e segurando-a pelos braços, com ela ainda sem forças para resistir, e praticou ato sexual sem consentimento com ela, ou estupro, abuso sexual. Quando acabou, com a mesma indiferença, retirou a camisinha, virou as costas e foi embora.

Naquela sala, algo muito intenso acontecia. Algumas mulheres choravam, outros ouviam apenas com o rosto baixo, algumas seguravam a mão de amigas e acalmavam aquelas que tão próximas de toda essa história, liam a carta com muita emoção. Não demorou muito para que em meio a muitas falas, conseguíssemos organizar aquele espaço. Em meio a muita revolta, indignação e mais diversas reações. Podemos compartilhar experiências anseios e possibilidades. O mais interessante para além da construção de uma pauta² foi o alarmante número de depoimentos que surgiram naquele espaço. Foram tantos, que aos poucos foi possível perceber que não se tratava de um caso isolado e sim de um contínuo de acontecimentos comuns à sociabilidade de tantas mulheres. Não havia ali naquele espaço, recortes claros de raça e classe, a única evidência comum entre nós era o fato de sermos mulheres e a experiência de violência no cotidiano de tantas. Cada relato foi ouvido atentamente e muitas encontraram naquele espaço a possibilidade de compartilhamento, de algumas experiências inclusive que diziam não entender. Algumas daquelas histórias estavam sendo contadas enquanto violência pela primeira vez. O que ficou claro, para além de tanto afeto e compartilhamento, é o esboço de uma limitação sobre o que fazer a partir dessas experiências. Desse primeiro encontro foi possível compreender uma série de ânsias e inseguranças. Mas o meu principal incômodo começava ali: eu não estava lá como pesquisadora, e pensar como tal era outra agressão aquele espaço.

Tendo essa problemática inicial, busquei conversar mais com amigas sobre o assunto do abuso sexual, essa pauta se tornou constante no meu cotidiano, desde as reuniões familiares, as viagens, as mesas de bar, até o contexto acadêmico. Ouvi muitos relatos. Aquela experiência foi um processo transformador e de empoderamento pra mim, e a vontade era gritar aos mil ventos: precisamos pensar e falar sobre isso, principalmente falar. Para além dos relatos busquei outros relatos na mídia de casos de abuso, além de denúncia de outros grupos que se organizavam para denunciar tais casos no contexto universitário. Foi depois dessa experiência e de uma conversa séria, que passei dos relatos e trajetórias, pra uma compreensão mais ampla e transversal sobre concepção de justiça e formação de demandas e pautas em grupos auto-organizados de

² A categoria de *pauta* no presente trabalho é compreendida enquanto uma série de processos sempre inacabados de reflexão e ações políticas e pode ser compreendido de formas multifacetadas por uma escolha intencional que fundamenta a característica construtiva dessas experiências.

estudantes. Mais especificamente, do coletivo que surge na Universidade de Brasília, com o qual eu me envolvi pessoal e politicamente, o Coletivo Afetadas³.

Antes de entrar mais especificamente no tópico seguinte que intitulei de “Quando nos Afetamos”, queria tratar da razão pela qual decidi não desenvolver de forma tão íntima trajetórias de abuso sexual. Em um desses dias de conversas contínuas sobre a minha pesquisa no meu carro, depois de muitas conversas de bar sobre o assunto, estávamos indo pra uma festa e uma amiga me questionou sobre a forma que eu estava me envolvendo com o assunto. Ainda na defensiva ouvi a seguinte questão “Você não está só gerando mais expectativa de comportamento?”. Questionei porque tal acusação e fui indagada novamente, “Quem é você pra definir a experiência de mulheres que passam por abuso sexual e questionar as suas reações?”. Fui obrigada a ficar em silêncio e pensar, “Quem era eu?”. Não foi difícil responder a isso posteriormente, eu não era ninguém. O ponto aqui não era uma crítica ao assunto, mas a forma como o diálogo conduzia a angústia, e o ímpeto que aqueles relatos me causavam. De certa forma, aquelas experiências direcionavam minha reflexão apenas para uma busca por justiça, compreendida a partir de uma perspectiva individual, onde eu não havia ainda alcançado o sentido atribuído ao “espaço de silenciamento”. Com a prática de campo e o envolvimento com o Coletivo, compreendi que não era uma questão de deixar a militância de lado. Afinal a perspectiva política permeia o próprio ato de escrita, mas era necessário entender que para compreender esse silêncio seria necessário ir além do discurso teórico. Esse questionamento me acompanhou até o final da pesquisa e direcionou boa parte da minha reflexão em campo. Direcionando minha pesquisa para uma compreensão das articulações coletivas e suas possíveis influências na produção de demandas individuais.

2. Quando nos Afetamos

“Dia 26/08/14 foi a data da primeira reunião exclusiva para mulheres no CASO. A convocação era para discutir como trataríamos a denúncia sobre estupro, como

3

lidaríamos com o fato do estupro ser do nosso curso, estar no nosso convívio e ter outros relatos dessa natureza contra ele (se a justiça institucionalizada na segurança pública e em órgãos do judiciário não o reconhece assim, a falha é da instituição e não nossa, sendo assim, permaneceremos nomeando e não duvidando das vítimas). O histórico Centro Acadêmico de Ciências Sociais talvez tenha presenciado um dia para ser lembrado pelo contingente de mulheres que estavam presentes, pela intensa energia emocional que foi compartilhada e pelas reflexões sobre violência de gênero entre mulheres que ali se deu. Não foram poucos os relatos de violência sexual e física que finalmente saíram da zona do medo e da insegurança (foram 10 homens citados em experiências pessoais, alguns nomes apareceram mais de uma vez). Dos avanços que conseguimos desde lá, talvez os primeiros tenham sido quebrar silêncios e poder ver mulheres entendendo de outra forma o uso da força e da insistência dos seus colegas homens do mesmo curso e de outros, conseguindo nomear pelo que são as tais “investidas”: violência.

Das variadas ações propostas nessas reuniões exclusivas das estudantes houve a que gerou esse momento de mesa redonda. Levar o problema para conhecimento das instâncias burocráticas da universidade coletivizou ainda mais o problema. Mas a demanda apresentada também precisou ser bem recebida e, nesse sentido, vale agradecer o apoio das professoras. A universidade como um todo precisa articular ações para o enfrentamento da violência contra as mulheres, não esquecendo que as soluções jamais devem ser importadas e a experiência das estudantes de dentro da UnB precisa pautar esse processo.”

(Fragmento da Carta Convite, Apresentada na Mesa Redonda do Evento “Violência Sexual na UnB: o que temos a ver com isso?” no dia 25 de novembro de 2014)

Após o primeiro convite, as reuniões se estenderam a mais convites para construção de encaminhamentos e pautas, mulheres de outro curso se envolveram e a discussão ganhou força. No desenvolver dessas reuniões, entretanto, os conflitos de percepção de ação foram aos poucos surgindo e se intensificando. Alguns discursos eram voltados para uma justiça de vingança imediata, sem mediações institucionais. Outros em oposição pensavam na necessidade de uma pressão institucional por um posicionamento, dentro desse grupo começou-se a articular laços com professoras que se envolveram em construção de pautas e elaboração de perspectivas. O grupo após alguns encontros acabou por ter participações cada vez menores, mas as discussões permaneciam, a discussão ganhou força na Universidade. Após algumas ações, mais limitações foram de apresentando e o encontro convergente de narrativas foi se tornando mais difícil e dando espaço a distanciamentos.

A justiça que estávamos demandando tinha *uma história*. E uma das coisas que desarticulou fortemente o grupo foi à pressão de conflitos e o afastamento posterior das amigas da estudante que sofreu a agressão. Dessa forma, o grupo ficou de mão atadas para uma ação institucional sobre o caso, que se caracterizava pela intenção de um pedido formal de afastamento do agressor. As limitações pragmáticas estavam dadas e a discussão inicial do grupo, agora em conjunto com as professoras do departamento era pensar em ações de prevenção e discussão do assunto na Universidade.

É relevante que a partir das articulações com o departamento não conseguimos o que talvez tenha sido a demanda principal do grupo: o afastamento do agressor. Isso acompanha um processo de distinção do grupo, a partir de duas esferas de ação, não separadas, mas com atuações autônomas das alunas. Por meio de umas dessas ações, que chamamos de intervenção, a colagem de fotografias nos banheiros femininos da faculdade que identificavam o agressor, o mesmo se afastou do convívio daquela Universidade por um tempo indeterminado, com aparições espaçadas a principio e depois o completo afastamento. É importante sinalizar essa trajetória porque o grupo que acompanhava uma articulação institucional de construção de pautas burocráticas e

institucionais para o tratamento desses casos, pensando em propostas de prevenção e acolhimento, acaba por ter atores em comum com um movimento independente realizado por alunas.

Com o passar do tempo essas ações passam a acontecer em um grupo menor de mulheres que continuou desenvolvendo essas reuniões conjuntas com as professoras, construindo um espaço de interlocução institucional, que dentre suas primeiras ações promove um espaço de fala na inauguração do Instituto de Ciências Sociais para debater o caso. A proposta era um debate em Mesa Redonda que fosse prepositivo. Esse momento tem uma importância simbólica crucial, pois conseguimos dialogar com outros grupos organizados da universidade e gerar maior ruído do tema em outras discussões e pautas. A experiência do debate nos apresentou principalmente as limitações de lidar com esse tema dentro de uma série de recortes de pautas interseccionais, ou seja, uma das dificuldades que surgem naquele momento é o que eu penso enquanto a crise da representação, ou o dilema da representação. Porque naquele encontro, várias enunciações foram no sentido de questionar qual concepção de justiça é convergente ou divergente. Como pensar no aspecto da punibilidade, sem pensar em individualidades e trajetórias. Dentre outros tantos diálogos foram levantadas questões sobre a punibilidade enquanto resposta, questões raciais e de classe, abordagem e ênfase em casos de protagonismo periférico em oposição a casos onde outras dimensões de opressão não estavam em jogo.

Foi possível reconhecer em toda essa experiência as limitações da construção institucional de pautas e do próprio reconhecimento de direitos de forma igualitária. O grupo acabou solidificando uma proposta de conscientização e mapeamento dos casos na Universidade de Brasília e se forma enquanto Coletivo a partir dessas primeiras ações, as quais acompanho para refletir essas construções de pautas. O grupo foi batizado em um almoço entre as alunas envolvidas e traz em si a dimensão de afeto que mobilizou os desdobramentos apresentados, o *Coletivo Afetadas*, surge então composto por alunas e professoras do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília.

Um dos aspectos importantes aqui é ressaltar os afastamentos e aproximações da proposta do grupo em relação aos primeiros encontros apenas entre alunas. Nas primeiras reuniões foram recorrentes as vezes que as alunas eram lembradas sobre a limitação do envolvimento das professoras em algumas práticas e a importância da

continuidade do grupo de alunas, pautando ações extras institucionais. O coletivo se diferenciava claramente em pauta, propondo uma discussão institucional sobre o assunto, pensando o acolhimento e referência do tema dentro daquele âmbito. Nas reuniões entre alunas as ações pensadas eram voltadas pra criação de uma rede de apoio entre mulheres, então na pauta havia a oferta de aulas de autodefesa, a organização de grupos de apoio de *minas* que estariam presentes em festas fazendo o apoio a calouras e outras alunas, a própria reflexão das formas de socialização dentro da universidade, além de ações pontuais e direcionadas sobre os casos denunciados em reuniões. O espaço ali, não era exatamente de uma reflexão apenas pragmática, existia a tentativa ali da construção de laços de apoio e compartilhamento entre mulheres. A partir da constante dispersão e desarticulação desse grupo maior, o coletivo, ganha impulso pra discutir o tema a partir de outro viés, o pragmático institucional.

A proposta desse trabalho não é aqui projetar uma biografia do grupo, mas pensar a partir dele em uma série de casos e organização de grupos de mulheres universitárias e como eles vem elaborando uma visibilidade para o assunto, exatamente por sair do silenciamento. Muitos desses grupos ganham por meio de pressão espaço em demandas jurídicas e institucionais para resolução desses conflitos. Além desse aspecto muitos grupos tornam-se importantes *lócus* de criação de identidades e acesso a discussões de gênero para alunas, seja por meio da participação efetiva ou pelos ecos de discussão feitos em redes sociais.

Acredito que seja importante ressaltar que a universidade é apenas um espaço de recorte no qual esse tipo de organização acontece e nos quais são discutidos esses tipos de violação. As mulheres vivenciam uma série de violências e agressões para além desse espaço, e se organizam de diversas formas e diversos espaços para a construção de pautas, a questão aqui é tentar trazer uma reflexão sobre as formas sob as quais a percepção da violência se altera muitas vezes nesse contexto tão relevante de desenvolvimento quando em contato com esses espaços de diálogo.

Esse (re)pensar do abuso sexual em contexto universitário é apresentado nesse trabalho a partir de quatro capítulos que surgem de uma reflexão com dois pontos de partida: o discurso jurídico institucional e formal e o afeto, que se justificam pelo aspecto relacional que foi possível observar na experiência de campo com grupos universitários. A primeira parte faz uma reflexão sobre a perspectiva jurídica,

apresentando os limites e extensões dessa enquanto prática, tendo em vista a tutela de direitos e a moral proveniente de seus pilares e pressupostos: o sujeito, a agência e a dignidade humana. Em seguida é apresentado o processo de contato e reconhecimento de identidades no contexto universitário, buscando a dimensão construtiva dessas categorias na experiência de grupos políticos no contexto acadêmico. Por último, o trabalho pretende envolver essas reflexões de forma transversal a partir da compreensão do afeto e do espírito coletivo enquanto práticas que retroalimentam essas normas formais abstratas, pensando de que forma eles ressignificam categorias e direitos por meio do *compartilhamento*.

Capítulo II

O capítulo a ser discutido surge de uma série de reflexões teóricas acerca dos parâmetros jurídicos e demandas por justiça em casos de abuso sexual de mulheres alcoolizadas em contexto universitário. A compreensão dos parâmetros jurídicos, assim como uma contextualização desses conceitos é importante para que posteriormente, apreender a experiência de um grupo de alunas na Universidade de Brasília, assim como de tantos outros coletivos de alunas que se mobilizam em grupos auto-organizados construindo demandas por justiça e direitos dentro de um espaço institucional. Essa proposta também se torna essencial para localizar a discussão dentro de um contexto mais amplo que integra transversalmente esses discursos e práticas.

1. Perspectiva Jurídica

Até o ano de 2009 as leis de crime sexual se encaixam dentro de um conjunto de leis denominadas “Leis Contra a Moral e os Bons Costumes” e são classificadas em dois tipos de violação contra a liberdade sexual: o estupro descrito no art. 213⁴ e o atentado violento ao pudor no art 214⁵ – em ambos vale ressaltar que o meio de execução é a violência ou a grave ameaça e que o objeto de tutela eram os comportamentos sociais que tinham relação com a sexualidade. Sendo assim a discussão de casos de mulheres alcoolizadas, por conta do não oferecimento de resistência se estruturava a partir do conceito legal de *presunção* de violência. Tendo como partida o fato de que o bem jurídico tutelado era a moral e os bons costumes, é preciso problematizar de que forma é elaborada a pressuposição e a natureza dessa violação. O objetivo aqui é pensar como se estrutura o discurso legal desse tipo de abuso e de que forma são construídos os fatos a partir de operações institucionais e da própria experiência dessas mulheres.

Um dos aspectos interessantes no texto do artigo 213 é a definição a priori do homem enquanto sujeito ativo e a mulher enquanto sujeito passivo da violência sexual. Dessa forma essas elaborações jurídicas são permeadas por um conteúdo de gênero

⁴ O texto original do Art. 213: “Constranger **mulher** à conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça”.

⁵ O texto original do Art. 214: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique **ato libidinoso diverso da conjunção carnal**”.

moral evidente. Esse aspecto seguido pelo fato de que a tipificação de presunção de violência tem três possíveis casos: a) o sujeito não é maior de 14 anos; b) o sujeito alienado ou *débil mental*, e o agente conhecia essa circunstancia; c) não pode, por qualquer outra causa, oferecer resistência. Sendo os casos aqui tratados pertencentes ao tipo “c”. Dessa forma a presunção ou violência *ficta* (oposta a violência real, em casos que há possibilidade de resistência), a violação é compreendida pela impossibilidade de consentimento ou defesa – nesses casos causada pela perda total ou parcial de consciência. Sendo assim a presunção é alicerce frágil? Pelo fato de a sua atribuição não ser absoluta, e sim relativa. Na operação legal são levadas em conta características como desenvolvimento físico, desenvoltura, experiências anteriores, aparência ou qualquer outra condição que leve o agente da violação a não identificar sua ação enquanto contrária a qualquer norma. Essa condição em terminologia jurídica é caracterizada enquanto “erro de tipo”, categoria que exclui a consciência ou vontade do agente, tornando o dolo justificável. Ou seja, o importante aqui é compreender que a vida pregressa da mulher constitui a definição do ato enquanto violência, o que é importante evidenciar é que a percepção dessa vida pregressa é fundada no aspecto inquisitório do sistema judiciário brasileiro, como pensando por (LIMA, 1991), ou seja, essa análise pretende uma apuração da verdade dos fatos, aonde os operadores vão por meio de uma relação de poder mediar o conflito de forma a definir os fatos.

Em agosto de 2009 a lei é modificada e na elaboração do seu texto o artigo 217 tem o conteúdo voltado para um tipo de crime denominado *Abuso Sexual* que tutela a dignidade sexual enquanto bem jurídico. Retirando do seu texto a ideia de presunção e deixando mais clara a definição do ato de violação em relação à impossibilidade de oferecimento de resistência:

DECRETO-LEI 2.848/40, Código Penal Brasileiro.

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, **não tem o necessário discernimento**

para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

O texto jurídico define dessa forma a violação a partir da possibilidade de discernimento ou capacidade de oferecer resistência, onde a dignidade é atributo substancial do sujeito de direito. Entretanto para além dessas definições a mulher não é mais apenas sujeito passivo segundo o texto.

A importância de compreender o discurso jurídico-institucional é desenvolver uma percepção sob a formulação moral de demandas por direitos, ou seja, entender a operação institucional *legítima* dos crimes sexuais, para compreender uma série de aspectos que formam um imaginário de *direitos*.

Partindo dessa primeira reflexão jurídica podemos prosseguir com uma análise do abuso sexual e a possível construção desses fatos, partindo da experiência e observando suas relações com conceitos e categorias que circundam uma definição formal que posteriormente é reformulada a partir do compartilhamento entre afetos e narrativas. Primeiramente a dimensão institucional nos dá, dessa forma, a possibilidade de pensar em um processo de inserção dessas mulheres em esfera pública e um desenho crítico da vulnerabilidade enquanto experiência. Posteriormente, a análise de alguns conceitos fundamentais dessas leis possibilita observar alguns limites das categorias e da tutela jurídica, compreendendo uma discussão sobre os pilares do direito positivo, por um processo de *obviação*⁶ da humanidade e a dignidade enquanto ferramentas que operam uma série de normatizações da *tutela dos direitos*. Por último, pode-se pensar como a própria definição de direito formula a elaboração de demandas dos grupos auto-organizados observados em experiência de campo.

⁶ O conceito de *obviação* é usado aqui no sentido atribuído por WAGNER (2012) em a Invenção da Cultura, como um processo dialético onde a clarificação de uma categoria ou experiência é por assim dizer uma distinção em pesos ideológicos, feita por meio de *contraste contextual*.

2. Limites e Extensões dos Conceitos de Dignidade e a Tutela de Direitos – Moralidades Institucionais

2.1. A Categoria de Sujeito e a Formação do Sujeito Moral de Direitos

Uma forma de iniciar essa discussão é compreender o processo construtivo da categoria de sujeito, individuo e pessoa nos discursos institucionais de demanda de direitos, desnaturalizando o sujeito universal e problematizando posturas políticas imbricadas nessa postura positivista.

Ainda nas leituras de MAUSS (1938) das reflexões sobre as categorias do espírito humano podemos apurar uma série de desdobramentos da categoria de “eu” que se reelabora enquanto sujeito e posteriormente em *persona*⁷. Podendo-se compreender por meio de uma história social dessas categorias a natureza fluida dessas noções. A categoria do “eu” surge a partir de uma conexão com a mana, ou a alma primitiva, uma associação determinada por papéis sociais e localizações definidas por meio de relações, ou seja, a individuação tem relação direta com o social. É importante evidenciar que dessa forma a categoria esta intimamente em relação com obrigações, funções e direitos. Mauss foi além quando comparativamente continuou sua pesquisa com os Povos Pueblos e descreveu como o sistema de classes e clãs produzem hierarquicamente a dimensão de “pessoas humanas”, onde o espírito individual pode ser conquistado, assim como coisas, bens e cargos, antepassados e direitos pessoais, por meio de rituais de personificação ou *potlatch*. Desse momento foi possível a destilação do conceito para a noção de *persona*, ponto crucial para estabelecer uma série de relações que tornam sólida a concepção de pessoa, que se estende para além do relacional, fundamentando um fato estrutural do direito. No direito há apenas *personae, as res e as actiones* (MAUSS, 1938). Essa discussão é importante para entender como o surgimento da pessoa é também o surgimento da cidadania em seus termos *exclusivos*:

⁷ *Persona* surge enquanto conceito em MAUSS (1938) fazendo referência à categoria de personagem, à atribuição de papéis em um ritual social. *Persona*, máscara, imagem ou “fabricação do eu”. Verdadeira natureza do individuo.

“Paralelamente, a palavra *persona*, personagem artificial, máscara e papel de comédia e de tragédia, representando o embuste, a hipocrisia – o estranho ao “Eu” – prosseguia seu caminho. Mas o caráter pessoal do direito estava fundado, e a *persona* também havia se tornado sinônimo da verdadeira natureza do indivíduo. Por outro lado, o direito a *persona* é fundado (...) *Servus non habet personam*. **Ele não tem personalidade, não possui seu corpo**, não tem antepassados, nome, *cognomen*, bens próprios. (MAUSS, 1938)

A imagem de *persona* ainda em formação é adensada de uma moralidade quando seu conteúdo é atribuído de valores cristãos. Porque se por sua vez os servos não possuíam seu corpo, eles possuíam sua alma. E a noção de pessoa era cada vez mais composta de uma consciência normativa, do bem e do mal, do certo e do errado – concepções essas sustentadas nos pilares da **consciência, autonomia, liberdade e responsabilidade** – “a consciência em si tornou-se apanágio da **pessoa moral**” (Mauuss, 1938). Não obstante da concepção de humanidade, uma unidade em oposição a universalidade da pessoa frente à Deus. Uma *persona in duas naturas* – substância e modo, corpo e alma, consciência e ato – sendo assim, racional, individual e indivisível.

Tendo isso em vista a questão latente é compreender a natureza e a substância da alma individual ou a consciência. Na filosofia, Kant faz da consciência individual característica fundante da pessoa humana e condição da *razão prática*. Ao desenvolver exatamente esse aspecto da consciência e da razão é discussão potencial pensar na integridade ontológica do sujeito. Localizando essas categorias e noções não apenas enquanto produtos teóricos Judith Butler (1998), problematiza exatamente o processo construtivo do *universal*:

Como poderemos fundamentar uma teoria ou política sobre um sujeito que é universal, quando a própria categoria do universal apenas começa a ser desmascarada por seu viés altamente etnocêntrico? (BUTLER, 1998)

A questão é então pensar sobre os limites e extensões dessas universalidades se tomarmos como fato de que nenhum sujeito é seu próprio ponto de partida. Dessa forma, a autora faz uso de uma reflexão do sujeito intencional de Foucault – onde a reflexão consiste no questionamento do processo que institui a ação “individual”. Se pensarmos que sujeitos que instituem ações são eles mesmos efeitos instituídos de ações anteriores, colocamos em questão a *autonomia racional intencional do sujeito* – que, não obstante, é estrutura do direito positivo ocidental. O problema aqui é tomar o sujeito de antemão como ferramenta de preservação da capacidade de ação individual, ignorando a natureza política desse ponto de partida. Se o sujeito é contínuo e contingente, algumas operações carregam em si modos de dominação. O discurso jurídico, por exemplo, produz sujeitos universais para posteriormente representá-los.

2.2. A Universalidade do Direito e as Concepções de Humanidade e Dignidade

Uma discussão não muito recente e muito cara ao direito positivo é o complexo tema da universalidade em oposição a demandas particulares. Não acredito na possibilidade de tomar uma das perspectivas em contrapartida à outra, mas é preciso problematizar ambas, tentando enfrentar por assim dizer, o dogma positivista dos direitos universais. Um dos possíveis caminhos é discutir a materialidade da alteridade e a relação que temos com ela, buscando entendê-la enquanto categoria de diversidade em oposição a uma natureza comum, inata. Nessa humanidade comum, a consciência ou intencionalidade é uma ferramenta de acesso à alteridade.

Não distante desse fato, o direito está intimamente conectado ao sentido intencional do ato, sendo essa intenção, substância humana. Apenas nós podemos ser intencionais no que fazemos. Dessa forma, por mais semelhante que sejamos a um chimpanzé nossa distinção moral-jurídica em relação a este é imensa. O dolo então se constitui de racionalidade, do *saber* o que se faz. Nós sabemos o que fazemos.

Sendo assim, compreender a universalidade pressupõe então uma preservação da ação individual que tem base na consciência da categoria “Eu”, sem levar em conta a natureza política dessa definição, buscando preservar o pilar jurídico essencial, mantem-se a capacidade racional de ação.

A humanidade então é pressuposto básico do direito ocidental e atributo ao qual a dignidade, categoria de tutela em casos de abuso sexual, esta intimamente relacionada, e por isso, não é categoria fácil de desnaturalizar. Seria transgressor pretender isso, mas é também uma possibilidade de problematização e entendimento dessas articulações conceituais que estruturam o espaço institucional jurídico. Partindo da conclusão de que a humanidade é valor atribuído e categoria moral fundamentada, pode-se problematizá-la e colocar em cheque o fundamento da universalidade para além de possibilidade conceitual no direito ocidental. Pois como maior parte dos juízos de valor, podemos graduar, categorizar e suspender a humanidade e a dignidade por meio de exclusões classificatórias, residindo nessa questão o problema da sua operacionalização.

A origem dessa discussão, na antropologia pode ser desenvolvida a partir da distinção originária entre natureza e cultura. Que produzem concomitantemente a universalidade e a diversidade. Por um movimento simples: quando pensamos em natureza, ou natureza comum, é preciso ter em vista um signo universal – e é exatamente em oposição a este signo que se forja a diversidade, o campo oposto, diverso, particular, o lugar da diferença, o cultural.

Essa oposição cria grandes obstáculos à possibilidade de uma mudança do status quo. Basta observar as lutas por reconhecimento e direitos, e como elas estão quase sempre, elaboradas sob um pilar firme de distinção do signo da natureza, do imutável, do dado, do corpo. Basta pensar nas leis Maria da Penha para mulheres, por exemplo. Ou seja, por mais que discutamos a diversidade quase sempre como aspecto subjetivo, é sob o aspecto objetivo e material que esses discursos se elaboram. É sob o corpo que identificamos o diverso e produzimos discursos. Ou seja, o reconhecimento da diferença é também uma forma de reconhecer desigualdades de fato e demandar direitos entre os *iguais*. No sentido defendido por (ARENDR, 1978) quando afirma sobre a abstrata nudez que *o homem universal é o resultado histórico de um desnudamento: ele surge historicamente quando despojado do valor de suas diferenças*.

Pois bem, como voltarmos então a pensar sobre a humanidade e sua relação com os direitos? Ou melhor, como pensar na dignidade dessas mulheres como valor atribuído se essa é a substância do sujeito de direitos no ocidente?

Ainda nessa linha do lugar do sujeito, Cecília MacDowell Santos e Wânia Passinato Izumino em um texto sobre “Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero:

Notas sobre Estudos Feministas no Brasil” desenvolvem algumas reflexões sobre as noções de poder e violação contra mulheres a partir do estudo de casos de violência doméstica e o diálogo com o institucional. Uma das perspectivas, a perspectiva relacional, de Maria Filomena Gregori, visa problematizar os locais de vítima e o modo de operação da dominação masculina a partir da dinâmica de depoimentos. As autoras apresentam dessa forma, uma possibilidade de compreensão dessas operações, observando os posicionamentos da mulher em diferentes momentos do processo e a forma como esse processo desenha a *sensibilidade jurídica* (GEERTZ, 1998) desses casos. O que é importante aqui por observar de que forma são acionados os papéis sociais femininos e masculinos na condução das queixas e processos penais. A partir dessa abordagem a justiça passa a ser também espaço de negociação de relações. E essas expectativas de comportamento são acionadas pelas mulheres e pelos operadores como forma de preservar uma normatividade de comportamento. Nesse ponto podemos problematizar os casos de abuso sexual e o signo da *vulnerabilidade*.

3. O Corpo e a Agência

Ao trazer o conceito de vulnerabilidade, torna-se necessário discutir a sua natureza e o seu aspecto de experiência compartilhada. Em uma primeira observação é possível pressupor em caso de abuso de mulheres alcoolizadas que o álcool seria esse signo de vulnerabilidade, por se tratar de um desvio de conduta normativa.

Sendo assim, tendo como partida a universalidade do direito positivo e os seus pilares positivistas. É preciso antes retomar que a dignidade sexual nesses casos é o bem tutelado pelo direito, essa categoria é essência do sujeito moral de direitos, mas é também resultado de uma série de condições. Apresento aqui três: consciência, linguagem e *moral*⁸, sendo o último compreendido enquanto um conjunto de normas. O ponto é que com o consumo do álcool ou outros psicoativos as condições apontadas podem ser relativizadas em vários níveis de experiência. Problematizando principalmente as condições de intencionalidade ou construção de fatos de forma linear

⁸ A moral aqui é usada como categoria de controle no sentido de WAGNER (2012), onde a moralidade é “... uma espécie de significado, um significado com direção, propósito e motivação, e não um substrato sistêmico”. Dessa forma ela nos faz experimentar a impressão de um absoluto, exatamente por estruturar sistemicamente relações de forma a parecer algo inato.

e consciente. Ou seja, nessa perspectiva podemos pensar a vulnerabilidade a partir do não atendimento dessas premissas jurídicas.

Para além do discurso jurídico é possível associar o consumo de álcool com a ocupação de espaços e agência dessas mulheres. Não obstante o discurso de senso comum onde existe um discurso liberal corrente, de autopreservação como prevenção de violências, onde somos ensinadas enquanto mulheres a nos “comportar” para que não sejamos alvos de abusos. Essa expectativa de comportamento tem relação com uma série de expectativa de cumprimento de costumes e tradições.

Buscando elucidar esse local de agência, (SEGATO, 1998), formula uma análise da mobilidade dos papéis de ser mulher e homem, onde é colocada a questão das posições e lugares das mulheres em uma estrutura de relações hierárquicas e dominantes. Onde a partir de um levantamento da discussão de gênero na antropologia ela conclui: “Nos meus próprios termos, então, o que nossas etnografias podem observar é como o feminino e o masculino, enquanto posições em uma estrutura relacional se instanciam em cada interação social, vivida ou relatada, do cotidiano ou do mito. Essa estrutura se revela (e se oculta) inicialmente, como já disse, por verossimilhança, nas relações entre os atores da cena originária”. Ou seja, esses papéis sociais de agência no espaço estão de certa forma pré-concebidos. Um debate corrente nas produções de corrente feminista é exatamente essa ocupação da esfera pública por mulheres como ferramenta política. Isso porque podemos localizar no espaço público historicamente um lugar de constituição de identidades masculinas em oposição ao âmbito privado, o lar, a tradição, previsto para a família, e para as mulheres, mães, onde estas constituem sua subjetividade feminina. Essa subjetividade, entretanto, está intimamente relacionada ao seu corpo e sexualidade enquanto lugar de regulação. Onde os discursos constroem uma identidade biológica da mulher sempre em relação à uma passividade instintiva em oposição à capacidade de agir masculina.

Em um estudo sobre esse aspecto biologizante do comportamento da mulher Flor (2004) estuda como a performatividade da tensão pré-menstrual atribuí à mulher ao íntimo restringindo sua subjetividade à esse espaço, restringindo-as ao privado, abdicando do social, recorrendo a discursos da natureza dessa mulher enquanto aspecto que retifica esse lugar social. Então de que forma se constitui o privado enquanto lugar de constituição da subjetividade da mulher?

Prosseguindo nessa linha, o consumo de álcool e o seu caráter público de entretenimento e socialização se relacionam quase que em fundamento à uma competência masculina. Onde a estruturação no discurso corrente entre “ser homem” e “saber beber” é evidenciada nos espaços de consumo de bebida, pode-se observar isso nos dizeres mais corriqueiros de uma mesa de bar ou uma reunião de amigos ou família: “bebe que nem homem”, “bebida de mulher”, trata-se de uma referência à essa competência atribuída.

Não obstante ao consumo de álcool ou a própria biologização da agência da mulher, não são incomuns outras tantas esferas que reproduzem e definem normativamente o comportamento das mulheres, reforçando a permanência dessas no espaço privado, onde um dos aspectos marcantes é a forte influência da tradição e da moralidade. Em casos de estudo de violência muitas vezes o desvio da ocupação desse espaço é compreendido enquanto justificção de violências e abusos. Diferentes dos casos de abuso sexual no âmbito de espaços públicos, as violências no espaço privado se aproximam desses pelo signo do “comportamento indevido”. Vale a pena aqui ressaltar que o que as pesquisas de violências domésticas nos indica é exatamente oposto a premissa do lar, ou espaço privado, enquanto lugar de prevenção ou de proteção para as mulheres. Ou seja, o consumo de álcool e a embriaguez são comportamentos indesejados, assim como uma série de comportamentos que não estão dentro de uma expectativa normativa do lugar social da mulher.

Judith Butler desenvolve essa reflexão pensando sobre o lugar da rua nesses discursos enquanto espaço de aquisição passiva, ou seja, espaço de apropriação, ou *auto-expropriação intencional* (BUTLER, 1998). Como problematizar a essas categorizações que demarcam a uma experiência subjetiva por meio de marcadores espaciais e morais de conduta? Como o discurso sobre o comportamento digno opera a tutela dessa dignidade? Como é constituída essa mulher como “sujeito de direito” tendo em vista o recorte espacial da sua agência? De que forma essas experiências subjetivas são definidas e operadas em uma operação jurídica? Ou seja, é preciso partir dessa perspectiva institucional para estabelecer diálogos entre experiência e operacionalização. Buscando permeabilidades e distanciamentos entre esses dois saberes que se retroalimentam, dialogam e distanciam por meio da reprodução de discursos sobre a subjetividade, universalidade e dignidades. Para que em um segundo momento seja possível compreender de que forma o compartilhamento da experiência

de abuso sexual dentro de grupos auto organizados afeta a experiência subjetiva e de demandas por direito e justiça no âmbito institucional.

Capítulo III

Após a apresentação dos parâmetros jurídicos e a sua influência na prática institucional o presente capítulo traz uma reflexão mais ampla da construção de pautas e demandas por justiça de grupos auto-organizados dentro do espaço acadêmico, a partir das experiências do *Coletivo Afetadas* e da reflexão de outros casos que vem ganhando visibilidade nas mídias e redes sociais, buscando assim apreender esses processos e percepções sobre experiências compartilhadas de violência de gênero a partir de debates e ações coletivas.

Há alguns anos a articulação de grupos de mulheres vem ganhando força nos espaços acadêmicos, não apenas no discurso teórico ou político, mas concomitante a esse processo discursivo no contexto universitário. Sendo assim o espaço universitário tem também grande influência sobre a construção de identidades e a apreensão desse espaço enquanto espaço de luta e construção de pautas políticas e individuais de experiência subjetiva.

Construção de Fatos e a “Justiça” Institucional

1. Pautas e Ação Coletiva

A partir da experiência com o *Coletivo Afetadas*, foi possível acompanhar de perto a experiência de formação de demandas para combate da violência sexual no espaço universitário. Mas anterior a essa experiência é necessário compreender a importância de outros espaços de interlocução de mulheres no contexto acadêmico. Os próprios centros acadêmicos são importantes para organização de grupos e elaboração ações políticas, alguns desses espaços são os primeiros locais de experiência política de alunas. Conseqüentemente, nesse primeiro momento vou me conter em falar desses primeiros contatos com a construção de pautas no campus universitário, para desenhar um pouco de como se desenha o envolvimento político crucial da Universidade com debates, ideias e formulações de uma sociedade. Ou, por assim dizer, da prática da cidadania.

Meus primeiros contatos com esses espaços foram tardios e isso não é experiência rara na universidade. Atos, eleições, encontros, assembléias e reuniões são experiências cotidianas para apenas alguns grupos de estudantes, que por meio de percursos acadêmicos diferenciados encontram esses locais de interlocução de viés político que visam dentre outros diálogos, repensar o espaço estudantil. Não é a toa que esses movimentos ganham força e intensidade no contexto universitário, o próprio encontro com uma liberdade e uma projeção de futuro funciona muitas vezes enquanto catalisador de troca de informações de uma forma mais ativa.

É corriqueiro que a participação em movimentos estudantis incentive uma militância mais ativa e por sua vez uma luta constante por direitos. É claro que essas discussões têm um recorte de repensar a universidade enquanto espaço e que algumas de suas lutas são localizadas e com pautas específicas. Mas é comum que essa reflexão tenha relação direta e expansiva com o pensar de uma sociedade diferente. Uma forma de ilustrar esse aspecto é pensar que o movimento estudantil já foi protagonista de muitos momentos políticos no Brasil, como movimento de resistência cultural e ativa na ditadura, por exemplo. A sua atuação tem constantemente importante papel transformador.

Mas o que é mais importante perceber aqui é que independente das pautas ou discursos por ali elaborados, o movimento estudantil não se faz por uma pessoa, ele é sempre uma luta coletiva por pautas e construções de demanda. Nesse processo torna-se latente compreender a necessidade de organização de grupos e espaços. Na Universidade de Brasília os principais representantes dessas organizações estudantis são: Centros Acadêmicos ou de forma mais habitual os “CAs”, ou um conjunto mais amplo de alunos representados pelo Diretório Central dos Estudantes ou “DCE”, além de outros grupos políticos que se organizam em coletivos ou grupos internamente.

Não é difícil imaginar que na intensidade de trocas e projetos diferenciados a construção dessas pautas e lutas não é projeto sincrônico. Essa experiência é sempre recortada por uma série de atritos mais ou menos divergentes, dessa forma, é preciso alcançar nesses encontros um processo mais ou menos sintético de pautas convergentes. Característica que indica uma das dificuldades mais comuns nesses espaços: pensar na representatividade em contraposição com a recorrente intenção de espaços inclusivos de debate.

Se pensarmos a partir desses modelos de organização o surgimento de grupos e coletivos feministas nas Universidades é preciso ainda ter em conta que o espaço acadêmico passa ainda muito recentemente por um movimento de ocupação por mulheres em um espaço hegemônico masculino. Ou seja, nesse sentido à organização feminista é per si imprescindível para o surgimento e o desenvolvimento de algumas pautas específicas que durante algum tempo foram secundárias ou invisibilizadas. Como sinalizado por Hirata e Kergoat (2008) em reflexão sobre a educação e a questão de gênero por a divisão sexual do trabalho tem como característica *a designação prioritária dos homens a esfera produtiva e das mulheres a esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções de maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)*. Não obstante, os espaços universitários estão permeados dessa forma particular de divisão do trabalho.

A partir dessa discussão, trago aqui o relato⁹ feito por uma estudante da USP na Revista Capitolina, uma revista on-line independente que publica alguns relatos de mulheres nas redes:

Em minha experiência pessoal na faculdade, participei ativamente do centro acadêmico, um espaço de discussão e formação política que me contemplava bastante como estudante de uma universidade pública, mas que em certa medida não podia abarcar todas as minhas necessidades como estudante e mulher. Essa insatisfação em ver nossas pautas sempre sendo secundarizadas era compartilhada por outras meninas do meu curso, até que decidimos finalmente sentar e criar um espaço de discussão feminista. Foi nessa hora que nos deparamos com um dilema primordial dos coletivos feministas: seria ele exclusivo para mulheres ou não, também aceitaria homens? Em considerável consenso, optamos por criar um

⁹ O seguinte relato foi publicado no dia 27/01/2015 com o título: “Coletivos Feministas Estudantis: A importância da Auto-Organização” na Revista Online. FONTE (<http://www.revistacapitolina.com.br/coletivos-feministas-estudantis-importancia-da-auto-organizacao/>). Acesso em 10/10/2015.

espaço auto-organizado, ou seja, só para mulheres, porque, afinal de contas, espaços mistos de discussão já existem aos montes, mas o que estava faltando mesmo era um ambiente em que pudéssemos discutir pautas que só nos dizem respeito, embora vários homens se solidarizem com algumas delas.

Partindo desse relato e de tantas outras experiências de coletivos que acompanhei por redes sociais e por meio de mobilizações, essa trajetória política não é experiência muito distante. Ainda que existam mulheres que se envolvam com essas pautas a partir da própria experiência com coletivos, normalmente a fundação desses grupos é recortada transversalmente pela sensibilidade de experiências com outros movimentos estudantis e práticas políticas na universidade.

O *Coletivo Afetadas* surge de forma muito semelhante, por mais que tenha suas singularidades em projetos e expectativas. Seu surgimento tem uma estória muito específica de mobilização, por conta de uma experiência de abuso dentro do curso de Ciências Sociais, curso que estrutura e cria o coletivo. A mobilização que se desenvolve anterior ao envolvimento com o Instituto traz em si uma série de experiências de outros movimentos. Algumas meninas que participavam daquelas reuniões tinham percursos consolidados por movimentos estudantis e isso inclusive foi característica fundamental na forma como o grupo se articula posteriormente.

Como eu já havia relatado as reuniões entre estudantes eram sempre muito agitadas. Ali surgiam sempre pautas e propostas das mais diversas. Além disso, aquele espaço se tornou um lugar de compartilhamento, muito foi falado sobre o suporte e apoio entre mulheres e sobre a necessidade de uma rede de apoio e confiança, não esquecendo que aquele espaço se caracteriza também enquanto lugar de denúncias, experiência comum em grupos e coletivos feministas, pela forma como aquele grupo se fortalece enquanto referência de discussão de alguns temas. Enfim, quando falamos em denúncia, temos que pensar principalmente no formato que essa prática assume no nosso sistema jurídico, onde o sigilo de informações e fatos é dentre outras funcionalidades uma característica de proteção, não à toa, o que nosso Direito faz é a

tutela desses direitos. Sendo assim, essa rede de confiança, era também uma rede de sigilo.

Os primeiros problemas do coletivo começam a surgir quando essa rede é quebrada, durante várias reuniões então o debate pela construção de pautas abre espaço pra uma série de acusações e delimitações sobre a atuação e participação naquele grupo. O que chama atenção nessa experiência é o fato de que uma história marca bastante esse momento. Em uma das primeiras reuniões, dentre as várias denúncias, uma delas fazia referência direta à um agressor que tinha relação com uma das alunas presentes na reunião, o incomodo foi claramente posto diante da acusação. Esse fato resultou na saída dessa aluna do espaço de debate. O que acontece, é que depois desse fato a aluna compartilhou com o seu companheiro a denúncia e isso suscitou em uma série de discussões nas várias próximas reuniões, um dos aspectos singulares desse caso é que essa aluna fazia parte junto do seu companheiro de um grupo político da Universidade e que aquela informação não poderia ter saído daquele espaço. Sendo assim, foram vários os discursos de ataque ao movimento do qual ela fazia parte e a ênfase era sobre a necessidade dela pertencer a aquele grupo, se distanciando da sua experiência com o outro grupo. Não acho importante entrar nos detalhes das divergências que se desenvolveram com esse episódio, mas acredito ser importante trazer esse aspecto da produção de pautas e os possíveis diálogos políticos enquanto agregadores ou dispersores de um grupo que se pretendia coeso em uma pauta comum: a violência sexual e de gênero na universidade. É importante ressaltar que em ambas as experiências de participação existem dimensões de afeto em pauta, que não faz desse processo de distanciamento político entre atuações uma prática tão simples quanto em discurso.

Entretanto momento foi importante por vários outros aspectos, entre eles porque colocou em cheque a participação de várias estudantes, a partir daquele primeiro conflito a participação efetiva diminuiu consideravelmente, não só por conta do envolvimento com outros movimentos, mas pela forma diferenciada que muitas ali pensavam naquele espaço enquanto acolhimento engajado. As propostas continuavam sendo construídas em reuniões posteriores, mas a convergência e o envolvimento eram sempre mais ou menos localizado e em um contingente menor de estudantes. Com o enfraquecimento e desmobilização cada vez mais evidentes não como resultante daqueles desacordos necessariamente, mas igualmente não por acaso, o grupo acaba

construindo um diálogo cada vez mais próximo com um grupo de professoras dos departamentos de Antropologia e Sociologia que recebem relatos e demandas de alunas e começam a participar efetivamente dessa construção de ações institucionais sobre as denúncias, um primeiro objetivo em comum. Esse momento define claramente uma bifurcação entre a prática dos movimentos estudantis e uma organização institucional para construção de pautas, o que pretendo apresentar mais atentamente nesse momento.

O grupo de estudantes tinha em suas experiências de encontro uma série de formatações de pautas voltadas para o que elas chamavam da construção de uma *rede de apoio*, então para além das ações de denúncias e oposição clara aos atos de violência a proposta ali era pensar em formas de organização que promovessem uma auto-segurança ou empoderamento prático para as mulheres por meio de uma espécie de solidariedade entre mulheres, ou sororidade¹⁰. As ações eram pensadas a partir das próprias experiências de outros grupos, intervenções, rodas de debate e fortalecimento de uma identidade de oposição e enfrentamento. Algumas ações de fato chegaram a ser desenvolvidas coletivamente e a funcionar enquanto praticas cotidianas, inclusive uma das pautas de envolvimento com a recepção de calouras se desenvolve e permanece em um segundo momento como prática atual do coletivo.

Quando o grupo de aproxima, entretanto da experiência mais institucional, uma das coisas que recorrentemente me lembro de ouvir nas reuniões é sobre a necessidade do distanciamento institucional de algumas ações do grupo. “Tem alguns espaços e ações que são apenas das estudantes”, frase que ouvíamos constantemente, com exceção de uma ou duas professoras mais animadas que estavam sempre dispostas e tornar essa distância sempre mais fluida. Mas de todo modo, a experiência do coletivo se desenvolve de forma mais sólida a partir desse dialogo com o Instituto de Ciências Sociais, sendo assim até os dias de hoje. Existem claros limitantes e tensões provenientes dessa relação, mas também é preciso reconhecer os alcances que são muito importantes para visibilidade e conquista de espaços de diálogo e ações com dimensões mais amplas.

¹⁰ A palavra “sororidade” tem origem do latim, *sororis* (“irmã”) e *idad*, e diz respeito a um pacto entre mulheres que são reconhecidas entre si como “irmãs”, em uma dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo. (FONTE: <http://webjornalunesp.com/2015/06/17/um-olhar-critico-a-respeito-da-sororidade-dentro-do-feminismo/>)

Com o envolvimento das professoras e concomitantemente do Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre a Mulher (NePeM) conseguimos ter algumas entradas de debate e ganhar força em algumas perspectivas de ação mais amplas dentro do campus. A importância dessa articulação se distancia em tipo se comparada ao grupo de estudantes. Porque por mais que as duas ações visem o mesmo objetivo, o Coletivo Afetadas surge a partir dessa parceria com as professoras, e acaba por se direcionar para uma perspectiva muito mais pedagógica e político institucional. A proposta então é discutir o assunto, estudá-lo, apresentar dados e dar visibilidade para esses casos, pensando em uma pressão com base em conhecimentos produzidos para um acolhimento institucional do tema, uma vertente acadêmica teórica de atuação.

Essas duas perspectivas se distanciam porque quando falamos de *fatos* nesses dois casos as formas pelas quais eles são percebidos se diferenciam. Enquanto nos movimentos a prática e experiência são aspectos suficientes para construção de fatos e pautas de luta, no âmbito institucional ainda é arraigada uma perspectiva jurídica de justiça onde a forma de gerenciar esses conflitos não é reativa, mais hierárquica e sistemática. Sendo assim enquanto uma prática pretende exatamente a compreensão e o compartilhamento e a postura de resistência e resposta, como intervenção prática direta mesmo que pontual, no caso do grupo das estudantes, o Coletivo se apresenta mais enquanto uma análise ampla e aplicação de ações duradouras e permanentes, o que torna essa postura mais lenta, mais efetiva em longo prazo e independente da permanência dos atores iniciais. E esse ponto é crucial, enquanto a proposta do movimento é pensar no afeto e a importância de se construir ações, muitas vezes essas lutas estão exatamente em oposição às estruturas civis e morais que fazem parte de uma prática institucional. Onde essa discussão reside sobre a expectativa de um sistema de normatividades abstratas em relação à sua efetividade no diálogo com algumas demandas práticas de direitos. Então como é possível pensar em uma prática do Coletivo tão íntimo ao institucional e esse espaço de reatividade à sua própria moralidade institucional?

De forma alguma a intenção aqui é criticar a proposta da organização de um grupo em diálogo com o institucional, mas a questão aqui é perceber a importância dos espaços auto-organizados de estudantes na produção e (re)produção de pautas por direitos e reconhecimento de direitos. Para ilustrar melhor esses aspectos de construções de pauta, é interessante trazer alguns casos de outras universidades e compreender de

que forma ocorrem essas ações institucionais sobre casos que são divulgados na mídia e as ações de movimentos e coletivos.

Há algum tempo vem sendo recorrente a visibilidade de casos de abuso em universidades nacionais e internacionais em mídias e redes sociais. Um dos casos que gerou grande projeção foi a campanha da aluna americana Emma Sulkowicz da Universidade de Columbia, com o nome “Carry That Weight”. A campanha ganhou muito força por se tratar de uma crítica aberta à omissão da instituição sobre os casos de abuso. A jovem é uma das 23 pessoas de Columbia e do Barnard College que apresentaram queixas envolvendo assédios sexuais e o retorno tem sido sempre a impunidade dos acusados. O movimento teve apoio de outras estudantes e se propagou como o “Carry the Weight Together”, onde a proposta é o envolvimento coletivo das estudantes em uma intervenção simbólica que protesta contra as políticas de assédio sexual do campus. Esse caso resultou em uma série de ações institucionais, onde o Departamento de Educação dos Estados Unidos investiga 78 universidades pela omissão nas denúncias. Estatísticas mostram que uma em cada cinco estudantes sofrem abuso. Essa proposta da estudante é o que vem ocorrendo também em campi nacionais com a criação de coletivos para apoio de vítimas de violência e demandas.

Em Minas Gerais um caso gerou uma grande polêmica e teve grande divulgação na mídia no Brasil chamando atenção pra outros casos e pra essa discussão em outras universidades federais. Um grupo de alunos cantou em um espaço público de convívio músicas que incentivam o estupro com a presença de algumas estudantes. As frases eram no sentido de “não é estupro, é sexo surpresa”, incomodadas as alunas com um post em rede social começaram uma mobilização que por conta da dispersão e alcance resultou em um posicionamento da reitoria que informou que aguardava explicações do grupo musical de alunos da UFMG.

A experiência de outros coletivos também demonstra a importância dessa interlocução. Na USP, um dos coletivos mais conhecidos, o Coletivo Feminista Geni, formado também a partir de uma denúncia dentro de uma festa da universidade aparece em entrevista apresentada no programa Fantástico onde uma estudante relata o seu

caso¹¹ e a forma como o apoio do coletivo foi importante para o próprio encaminhamento do caso a direção da faculdade:

“A partir da pressão que a gente fez, foi criada uma comissão para apurar questões de violência dentro da faculdade, entre elas violência contra a mulher”,
(Entrevista com Marina Souza Pickman, estudante de Medicina da USP. “Alunas lutam contra violência sexual com mulheres em universidades”. FONTE: G1 GLOBO <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/09/alunas-lutam-contra-violencia-sexual-com-mulheres-em-universidades.html>, 28/09/2014)

Entretanto um dos problemas relatados por vários grupos quanto a essas ações institucionais é que as sindicâncias nas universidades quando abertas correm sob sigilo e ultrapassam os prazos estipulados para solução do conflito, processo burocrático e semelhante ao discurso jurídico de apuração da verdade dos fatos. O que nesses casos aumenta a sensação de impunidade e a possibilidade de que os casos se percam na burocracia e sejam abafados. No Brasil, ainda não se têm dados sobre agressões sexuais em universidades brasileiras, exatamente por não existir uma cultura de acolhimento e encaminhamento em casos de violência sexual. Os casos estão sendo constantemente divulgados e denunciados, e a importância dos coletivos vem crescendo exatamente pela necessidade de celeridade dos encaminhamentos, além da construção de uma percepção de que esses casos são responsabilidade da universidade e tem que ser tratados dessa forma. Nesse sentido a omissão da Universidade nesses casos pode ser encarada de certa forma como um tipo de violência institucional que não está marcada apenas no

¹¹ O abuso aconteceu em uma festa dentro da USP no em novembro de 2013. “Bebi bastante. Eu não estava inconsciente. Eu estava consciente. E aí dois meninos chegaram em mim e tentaram me convencer para ir no estacionamento com eles. E eu falava, não quero. E ele falava: ‘Você quer sim, eu sei que você quer. Eu sei que você gosta’”, lembra a jovem. Ela estava tonta por causa da bebida e não conseguiu resistir. A estudante escapou quando uma colega apareceu. E foi aconselhada por amigas e um professor a fazer um boletim de ocorrência na polícia. E, com ajuda do coletivo, a aluna levou o relato até a direção da faculdade. (FONTE: G1 GLOBO <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/09/alunas-lutam-contra-violencia-sexual-com-mulheres-em-universidades.html>)

tema de violência sexual, mas em outras tantas modalidades de discriminação racial e de gênero.

2. O Espaço Universitário e a Criação de Identidades

Retomando aos relatos da entrevista do Fantástico, que nacionalmente causou mobilizações várias sobre o assunto, outro aspecto chamou atenção e traz em si uma reflexão importante sobre a atuação dos coletivos nesses casos para além e aquém de um aspecto reativo ou pedagógico, mas em uma questão mais latente de construção de identidade e percepção de direitos. Ao final do relato de um relato de abuso sexual a estudante é questionada pelo entrevistador:

Fantástico: Eles têm culpa?

Vítima: Têm culpa.

Fantástico: E você se sente culpada?

Vítima: Eu já me senti culpada. Hoje eu não me sinto mais.

A experiência compartilhada da culpa é verdadeiramente importante para compreender essas mobilizações e organizações como pretendo evidenciar a seguir. A partir das rodas de conversa com as estudantes da UnB um caso recorrente me chamou atenção principalmente nas primeiras reuniões. Não era incomum entre relatos e discussões de pautas, que ouvíssemos narrativas de pessoas que a partir daqueles diálogos percebessem experiências que tinham vivido ou presenciado previamente enquanto abuso ou estupro. Distante do fato de que aquelas pessoas desconheciam as categorias estupro ou abuso sexual, o que se destacava nessas reuniões e discussões que estavam sendo realizadas era um processo construtivo de uma percepção compartilhada de violência, que surge em meio a relatos.

Conseqüentemente esses espaços de troca e interlocução funcionavam ali também como ferramenta para “... *valorizar negativamente um ato de agressão; como forma de instituir uma mudança na dimensão moral da violência que altera radicalmente o sentido da sua experiência física*” (SIMIÃO, 2006). Ou seja, antes mesmo do abuso sexual ser pensado como uma ação intencional punível, ela precisa ser compreendida e compartilhada como violência não justificável e como violação de um direito. Ou seja, a própria percepção de uma identidade formada a partir dessa experiência comum resultava em um processo de reelaboração de experiências individuais subjetivas e por sua vez dos fatos vivenciados. Quando pensamos na resposta da entrevistada fica claro esse processo de culpabilização comum a um sistema de liberdade desigual entre mulheres e homens.

O campus universitário e os debates de gêneros elaborados e formações de viés político nesse espaço promovem por assim dizer lugares também de auto-conhecimento, onde a experiência com os debates e discussões sobre violência são também parte de uma formação identitária para além e aquém daqueles espaços. Essas propagação e difusão de perspectivas sobre fatos que representam de alguma forma experiências de violência que englobam um “... *universo discursivo onde normas, projetos e concepções de mundo são publicizadas e estão sujeitas a debate público*” (OLIVEIRA, 2008).

Pra desenvolver melhor essa perspectiva, vou aqui entrar na descrição de uma experiência que está aqui fora da cronologia dessa dissertação, mas que ilustra de que forma a sensibilização identitária aparece em um relato que acompanhei de uma amiga muito próxima.

“Não era a primeira experiência de assédio, mas naquele dia saí de casa para tentar me distrair após alguns problemas no meu relacionamento à distância que vivenciei com a Mobilidade Acadêmica. Fomos primeiro a um bar, localizado nas proximidades da festa. Bebemos algumas cervejas e depois entramos na festa, onde na entrada recebíamos um *welcome drink*, sempre soube que era fraca pra bebida, mas aceitei, porque naquele dia eu queria mesmo... não sei, passar do meu limite. Mas estava

tudo sob controle, estava acompanhada da minha colega que dividia apartamento comigo e de um grupo grande de pessoas. Tudo parecia bem seguro e sob controle. Ao final da festa, sem condições de dirigir minha amiga propôs que dormíssemos na casa do namorado dela (uma republica), na qual eu conhecia os outros meninos. Fui. Meio zozna, fiquei no colchão da sala e apaguei. Acordei então com um peso sobre as minhas costas e com um dos meninos que lá morava me penetrando. Ele me disse algo, que não me recordo. Um cumprimento, como bom dia. Levantei atordoada, perguntei pra ele onde estavam minhas roupas. Ele disse que cheguei lá assim. Não estava conseguindo entender muito bem aquela situação. Peguei as minhas coisas e chave do carro e dirigi até meu apartamento. Sentei na cama e pensei em tudo. Decidi conversar com a minha amiga, tirei ela do apartamento, levei ela para as escadas, porque não queria que o namorado dela ouvisse. Sentamos lá e eu ainda trêmula tentava encontrar as melhores palavras para descrever o que tinha acontecido. Estupro parecia uma acusação muito grave. Apenas descrevi o ocorrido. Ao final do relato ela me disse “Eu não sei o que te dizer”, pensou um pouco mais e propôs que eu conversasse com o namorado dela, que dividia apartamento com o garoto. Me propôs até confrontá-lo. Impossível. Quando relatei ao namorado dela ouvi a seguinte frase “Isso é uma acusação muito grave”, não me lembro ao certo as palavras que se seguiam, mas eram no sentido de que eu talvez tivesse feito aquilo sóbria, pelo que ele me conhecia. Fiquei ali em silêncio e choro. Sentia vontade de ligar pra minha mãe, pro meu namorado, pra alguém... Mas não conseguia. Fiquei preocupada de me culparem também. De me questionarem pelo fato de eu ter bebido tanto. Ali sentada e chorando, minha amiga tentava

me acalmar. E me disse “toma um banho e pensamos no que fazer”, aquele foi o banho mais longo da minha vida.”

Esse relato foi uma das experiências mais intensas e afetivas da minha experiência de campo e pessoal. Mesmo após muito tempo ele persistia na minha mente e direta ou indiretamente foi experiência crucial na minha decisão pelo tema e também pelo percurso que minha pesquisa tomou. Esse relato se mantinha em retomadas constantes na minha memória.

Talvez pelo fato de que tenha acompanhado o desenvolver dessa narrativa tão de perto e todo o processo pelo qual alguém tão próximo à mim havia passado. Essa história não foi mais ou menos afetiva pra mim, mas de certa forma a sensibilidade com a qual acompanhei as primeiras reações me envolveram de uma forma singular. Desde o envolvimento teórico com o tema e a formação não só de uma identidade política, mas de uma postura pessoal diante dessa experiência. O percurso foi longo, e perdurou desde muito antes da minha pesquisa e de certa forma se desenvolveu com ela de forma muito sincrônica.

No começo como ela descreve foram “surto”, atrás de “surto”. Ninguém entendia o que estava acontecendo. Mãe, amigos, professores ou outras pessoas mais próximas. Depois de um tempo, houve problemas com bebida e algumas reações que ao primeiro ver pareciam sempre espécies de *auto boicote*. Tentei conversar algumas vezes com ela, sobre tudo que estava acontecendo, queria entender o que estava de traz de reações tão diversas. O que eu percebia eram movimentos de recolhimento e comportamentos impulsivos. Antes de ela me procurar pra contar o que havia acontecido, eu percebia que havia algo diferente, mas não sabia ao certo o que. E ela me justificava sempre com tantos outros problemas.

Depois de muitos processos intensos e terapias, quando nos encontramos, ela me contou a história e um pouco sobre como toda teoria feminista que tanto líamos e sobre o qual conversávamos em mesas de bares ou em longos almoços não havia servido naquele momento. O primeiro movimento na verdade havia sido se afastar dessa memória e por vez de possíveis reflexões sobre o assunto, um processo de negação daquela experiência, uma associação muito forte com culpa ou responsabilidade pelo

que havia acontecido. Ela me relatou sobre quantas vezes lembrava-se daquela história e se sentia paralisada ou impotente, ir à DEAM nem ao menos pareceu uma possibilidade. Eu perguntei o porquê algumas vezes, ela não conseguia me explicar as razões, era sempre uma espécie de reflexão confusa. O *fato* é o que ela me disse depois de muitas conversas “Eu acho que ainda não entendi o que aconteceu...”.

Com o passar do tempo ela se envolveu em alguns grupos de debate que se organizavam na universidade dela para pensar abusos e violências de gênero. Com isso o envolvimento dela, o interesse de pesquisar o assunto e participar de debates em redes e grupos na Universidade foi crescendo, chegamos a ir algumas vezes juntas a essas reuniões e nos debates que começaram a acontecer na UnB bem no começo ainda, nas reuniões das estudantes. Um dia cheguei em casa e fui abrir meu facebook e ela tinha feito a publicação de um texto que tratava sobre casos de estupro de mulheres alcoolizadas, nesse momento juntei um pouco da experiência e leituras de gênero que havia feito e propor a pesquisa pro meu orientador. Um pouco pela influencia de estar acompanhando muito do processo dela. Com o tempo foi possível visualizar a importância que tinha pra ela a convivência e atuação nesses espaços de discussões e que de certa forma aquilo vinha mudando a percepção dela sobre o abuso que tinha passado, em conjunto com a experiência que vinha acompanhando com o Coletivo na UnB.

Exatamente como na entrevista apresentada no começo desse tópico, essa questão da culpa se apresentou em vários relatos que acompanhei com estudantes universitárias envolvidas nessas mobilizações. O que muitas apontaram é de que forma a partir daquelas experiências suas respostas ao acontecido foram aos poucos sendo reelaborada e reformuladas, alterando não só a percepção, mas as suas próprias narrativa sobre suas experiências. Esse processo se forja dentre de diversos processos subjetivos, mas tendo como ponto de partida comum essa construção de uma identidade no contexto acadêmico a partir de contatos teóricos, mas mais do que isso, de discussões políticas e demandas por direito.

Essa experiência que apresentei é apenas uma das outras tantas narrativas realizadas naquelas rodas de conversas no Centro Acadêmico ou mesmo nas tantas conversas de bar que resultavam em depoimentos mais ou menos semelhantes entre si. Elas evidenciam um processo muito comum e cada vez mais crescente nos campos teóricos e práticos de vivencia de estudantes universitárias.

Capítulo IV

Nesse capítulo pretendo após reflexão jurídico-institucional e sobre identidade e participação política por meio de algumas trajetórias, pensar o que observei enquanto aspecto importante da experiência política desses grupos na construção de *fatos* e percepção de direitos. A categoria que pensei para trabalhar com essas vivências, é a categoria do *compartilhamento*.

A questão aqui é pensar que a individualidade tem relação direta com um sistema de leis e normas abstratas que constroem a violência enquanto violação de um sistema, mas também como parte constituinte de uma normatividade e quando pensamos no compartilhamento estamos diretamente falando sobre um processo construtivo da percepção de direitos. Dessa forma, enquanto o sistema jurídico propõe pensar a apuração da verdade dos fatos, uma série de articulações de coletivos, movimentos sociais e práticas políticas se pretendem a reelaboração de um sistema afetivo que reconstrói essas narrativas e experiências redirecionando demandas e expectativa de comportamentos.

Da Experiência Individual ao Compartilhamento

1. Movimentos Sociais Alternativos e o Espírito Coletivo

Antes de elucidar maiores conclusões sobre essas experiências é importante pensar em uma distinção realizada por Cardoso (apud, PONTES, Heloiza, 1982) entre o que ela definiu enquanto movimentos sociais e movimentos sociais alternativos, distinção importante por compreender a questão da temporalidade e transitoriedade desses grupos. Os grupos de movimento social alternativos são definidos a partir da experiência coletiva de que *“real ou imaginariamente compartilham os mesmos problemas. E é por isso que todos eles só reconhecem enquanto membros plenos aqueles que podem exibir essa condição comum (...). Nessas condições, a definição de posições políticas resulta de discussões que passam pelas emoções e subjetividades, espaço este visto como privilegiado para formação de um espírito coletivo”*. Esse espírito coletivo é importante, pois sinaliza pra uma série de reconhecimentos entre

outros. A definição oferecida pela autora possibilita pensar a constante formação de grupos em contexto universitário e a dinâmica de suas formações e articulações.

Vale aqui ressaltar que esse aspecto também define a escolha pelo enfoque na experiência atual no Coletivo Afetadas, tendo em vista que muitos outros grupos se formaram na UnB com o mesmo tema de mobilização ou similaridades de experiência em outros momentos. Por exemplo, o Coletivo Confessionário que se organiza em 2010 a partir do caso de estupro da estudante da Faculdade de Educação, pensando pautas semelhantes, voltadas para formulação de reivindicação por segurança no campus e uma rede de apoio a casos de estupro. Esse grupo foi responsável dentre outras ações por uma série de debates e reivindicações institucionais por um projeto de repensar o espaço da universidade. A desarticulação desses grupos e tantos outros por sua vez é o que chama atenção, sinalizando sempre pras similaridades dos processos e indícios, a própria demanda acadêmica e a transitoriedade de atores é um aspecto comum. Entretanto, o que permanece da experiência desses grupos para além da dispersão, é um consenso sobre a importância da articulação das mulheres – com base não apenas na efetividade dos movimentos, mas também a experiência subjetiva desses grupos e os seus efeitos transformadores em dimensões que por vezes parecem micro, mas que por meio de construções de vínculos frente a uma opressão comum, representam a existência de uma resistência reativa. Um dos relatos que chamou atenção ainda nas primeiras reuniões foi o de uma aluna que nos contou:

“...esse não é o primeiro grupo que se forma pra discutir esse tipo de assunto na Universidade, nem mesmo com o mesmo personagem. Não sei se vocês se lembram ou souberam sobre um estupro coletivo ocorrido no CEU (Casa dos Estudantes Universitários), nessa época foi formado um grupo de meninas semelhante a esse, com o tempo o grupo foi desarticulado e me impressiona esta aqui sentada novamente ouvindo esse mesmo tipo de relato”.

É possível refletir então qual a importância de uma rede de compartilhamento e a relação íntima que essa rede tem com uma dimensão de emoção e afeto. Assim sendo, ao pensar na formação desses grupos, é preciso considerar o processo pelo qual os

indivíduos são afetados e de que forma suas respostas e reações à situação problema que compartilham são processadas e quais são os efeitos dessas associações na vivência dessas mulheres.

O que essa reflexão vem indicando desde o momento inicial quando compreendemos os limites morais e práticos do sistema jurídico, seguindo para uma percepção política e de identidade é apontar exatamente pra uma dimensão que não está evidente nas discussões correntes sobre o sistema jurídico enquanto ferramenta institucional: o seu conteúdo afetivo que fica evidenciado se pensarmos que essas categorias e direitos, fundamentam a percepções afetivas do mundo de experiências de violência, violação, consentimento, agressão e etc.

Pensando nessa linha a categoria de compartilhamento é latente aqui porque é exatamente por meio dessas relações intersubjetivas que podemos pensar o processo construtivo dessas concepções e práticas desviantes que se pretendem um distanciamento de uma normatividade naturalizada, gerando ruídos e resultando em pequenos processos de tautologia moral. Onde o silêncio e isolamento se apresentam não como segurança, garantida pelo sigilo, mas como reforço positivo e manutenção de um sistema previamente colocado, por garantir a continuidade e (re)produtividade do silenciamento da mulher e da não existência de uma identificação de continuidades em casos de abuso sexual ou assédio. Esse sistema funciona como uma engrenagem onde cada narrativa isolada funciona enquanto a criação de um mito que vem para reiterar o lugar social da autopreservação e do isolamento desses acontecimentos, em oposição a uma percepção clara da persistência de violações de direitos garantidos.

Esse mesmo aspecto me fez questionar a própria prática posterior do grupo quando a desarticulação resulta no afastamento de uma proposta auto organizada de diálogo horizontal e se relaciona formalmente com a experiência institucional e hierárquica do departamento, sendo a formação do coletivo um encontro onde as duas práticas operam concomitantemente, por meio da distinção entre as ações oficiais e as intervenções realizadas pelas alunas. O que se pode pensar é que esse engajamento institucional é também necessário e contingente ao compartilhamento. Pois, para além e além das experiências horizontais de troca, a propagação e efetividade de debates e pautas dentro de um discurso institucional pragmático, tem uma função política de alcance e transformação. Por mais que o grupo tenha uma interlocução por vezes

limitada e pouco intimista ou afetiva em comparação a experiência das rodas de conversa entre estudantes, não se pode negar que essa articulação resulte também em uma permeabilidade mútua entre as duas práticas. Sendo esse contato não obrigatório, mas possível.

Por conseguinte é possível por esse meio problematizar que a construção e apuração da verdade dos fatos pressuposta no sistema jurídico e institucional têm fundamentação e efeito sobre uma prática comum que por meio de discursos forjados constroem um sistema de normas abstratas que estruturam o silêncio fora desses limites. Pois bem, pensar na quebra de silêncio institucional sobre o assunto é também uma forma de reconstituir uma série de percepções de uma moralidade institucional por meio de alterações nos sistemas de afeto e reação.

Compreendendo o afeto como um conjunto de expectativas e o primeiro espaço de mudança de trajetória, porque é o lugar das reivindicações propriamente dito e é muito mais próximo de um sistema de sensibilizações políticas, a reação seria o espaço de protagonismo de respostas, sendo essas ações e posicionamentos, mais ou menos como um sistema de oferta e demanda, onde o diálogo entre essas partes nem sempre é sincrônico, mas muitas vezes entrelaçados por atores comuns. Posto isso, é importante compreender a relação entre dimensões que podemos pensar enquanto processos micro e a suas influências estruturais sobre práticas que parecem tão afastadas. Ou, pensar de que forma o pessoal é político.

2. O Afeto nos Movimentos Sociais

Antes de uma associação clara entre os movimentos sociais e o afeto enquanto experiência política. É necessário realizar um diálogo e pensar a relação entre prática social e o campo das emoções, saindo da análise psicológica e desenvolvendo uma compreensão para além. Desta forma a emoção pode ser pensada enquanto algo que as pessoas não só “experimentam”, mas “fazem”. *Nós sentimos emoções e manifestamos emoções (...). Pensar, sentir, e perceber não são algum processo do cérebro em si. A consciência requer uma operação conjunta do cérebro, corpo, e mundo* (SCHER, 2012).

Essa perspectiva nos possibilita compreender um aspecto crucial sobre a dimensão do afeto nos Movimentos Sociais: as práticas não se limitam a gerar emoções, as emoções se traduzem e podem ser compreendidas enquanto forma de engajamento no mundo, não só individual como coletiva. Isso porque a emoção é (re)produtora de uma série de experiências que não só direcionam a forma como nos afetamos com o mundo ou a lente com a qual acessamos essas experiências, mas também quais artifícios de reação que serão possíveis.

Imageticamente é possível pensar nessa dimensão em relação a práticas políticas e morais, no filme *India's Daughter*¹², o filme relata a história real de estupro coletivo ocorrido na Índia em dezembro de 2012, contra Jyoti Singh, uma estudante de medicina de 23 anos. Embora a história tenha diversos aspectos interessantes, talvez até mesmo de serem trazidos ao presente texto, vou me limitar a refletir sobre o efeito político desse caso. Como relatado no filme e em diversas outras fontes de notícia o caso teve importante repercussão no país e diversos movimentos já sólidos de universidades foram pra rua. A forma “brutal”, como descrita em vários sites e no próprio filme, como o caso ocorreu afetou uma enorme contingência de pessoas, não apenas envolvidas em movimentos contra, mas também a favor. Esse exemplo me traz visualmente o alcance também *brutal* de reação dos movimentos e a própria visibilidade que ele toma, mobilizando uma série de âmbitos da sociedade civil, jurídica e política a pensar e estruturar uma série de emoções e práticas por meio de discursos. Quando vemos o filme um aspecto que fica marcado é a quantidade de emoções envolvidas naqueles discursos, sejam eles, institucionais, políticos ou jurídicos. O importante é pensar aqui nesse aspecto da afetividade e reatividade.

Sendo assim, quando tomamos enquanto pressuposto que sentir é uma forma de agir sobre o mundo, o recorte transversal que podemos visualizar nos casos de abuso em contexto universitário, pode ser pensado dos movimentos sociais, as práticas institucionais e alcançar as normas jurídicas, sendo possível reconhecer a forma como este último está fundamentalmente permeado pelo compartilhamento dessas três práticas por meio de uma amálgama de relações não apenas subjetivas mas objetivas de reconhecimento de direitos.

¹² *India's Daughter*, ou “Filha da Índia” é um documentário dirigido por Lesle Udwin e produzido pela BBC. O filme se baseia em um caso real de estupro coletivo que resulta na morte de uma estudante universitária Indiana em 2012 em Delhi, Índia.

Ainda a partir da reflexão de Monique Scheer e uma análise do *habitus* e o *sensu prático* de Bourdieu, é possível pensar na trajetória dessas expressões individuais em direção a um âmbito coletivo, sendo esse não apenas um sistema de deliberação de regras, mas um lugar de absorção, criação e compartilhamento de comportamentos apropriados. Retomando aqui a reflexão sobre de que forma essa expectativa de comportamento é também uma forma de incorporação e reprodução de sistemas de poder ou resistência. Ou, por assim dizer, toda uma dimensão de *violência simbólica*.

“Often take the form of bodily emotions—shame, humiliation, timidity, anxiety, guilt—or passions and sentiments—love, admiration, respect. These emotions are all the more powerful when they are betrayed in visible manifestations such as blushing, stuttering, clumsiness, trembling, anger or impotent rage, so many ways of submitting, even despite oneself.” (BOURDIEU, Pierre. In: SCHER, M, 2012, p. 208)

Portanto pensar práticas emocionais é pensar hábitos formulados e estruturados a partir de um engajamento político cotidiano que possibilita compreender quais são as motivações e percepções que constituem as noções de direito e a experiência de violação dentro de práticas que parecem tão afastadas entre si, mas que subscrevem o indivíduo ativamente em oposição ou apoio.

Agora voltando um pouco para o campo, que o ativismo do grupo inicial de alunas está intimamente ligado a uma reatividade instantânea e encontrou dificuldades para uma continuidade quando afastadas de uma causa inicial, é importante pensar essa experiência como algo não singular, mas comum, não só ao grupo de estudantes que resultam no coletivo posteriormente com menor contingente, mas a outros grupos e coletivos da UnB, como o Coletivo Confessionário ou o Grupo de Mulheres Auto Organizadas da UnB, que frente ao afastamento da causa inicial passam pelo mesmo processo de desarticulação e desmotivação. Uma explicação possível é a necessidade da prática de sentimentos negativos ou de oposição a uma situação. Enquanto a narrativa

inicial que afeta o grupo não obtém efetividade e se distancia temporalmente do cotidiano sensível das estudantes, aquela história vai se tornando cada vez menos pessoal e o exercício se torna por assim dizer, uma prática de alteridade distante. Dessa forma a formação de grupos reativos é como um movimento de resistência frente a um *fato* e não a um conjunto comportamentos ou *práxis*.

Conceptual knowledge that war crimes are morally wrong may not in and of itself lead to feelings of disgust and anger, or if so, only weakly. This knowledge can be transformed into bodily knowledge and thus be buttressed by reading or hearing of concrete details, viewing photographs, discussing with others in shared outrage, marching and chanting at demonstrations, or watching others do so. The word “can” is important here, because part of the dynamic of performance is its unexpected outcome. (SCHER, Monique. 2012)

Ou seja, a emoção ou afeto funcionam no espaço de ação enquanto catalisadores de processos de reconhecimento e significado. O que é preciso observar e retomar é que a expressão de uma emoção reconstrói esses fatos, onde por meio da compreensão de uma violação são ressignificados narrativa e experiência. Isto posto, fica claro que a expressão organiza a experiência e a prática, e colocar nome em um sentimento, é parte do processo de pensar o mundo dessa forma.

Quando nos debruçamos sobre a atuação desses grupos auto-organizados é preciso voltar à discussão sobre a identidade, reconhecimento de injustiça e a desigualdade de liberdades – pensando essas categorias não apenas enquanto práticas, mas como expressões de emoções.

“Not only are emotions part of our responses to events, but they also-in the form of deep affective attachments-shape

the goals of our actions. There are positive emotions and negative ones, admirable and despicable ones, public and hidden ones. Without them, there might be no social action at all.” (JASPER, James. 1998)

É importante aqui notar que enquanto práticas as emoções não se distanciam de um conjunto de moralidades e que conduzem entre outros aspectos a própria compreensão de infrações e normas. Dessa forma, a percepção da violência sexual no contexto acadêmico tem um conjunto de valores intelectuais arraigados em seus debates e uma série de pressupostos que não podem ser abstraídos de uma análise, precisando sempre ter em conta que essa discussão na Universidade tem uma série de facilitadores e limitantes provenientes de uma moralidade local mais ou menos compartilhada, onde aspectos como o *direito* e a *cidadania* são discursos mais correntes em alguns espaços das universidades federais.

Levando esse aspecto em conta, a própria forma de atuação e a interlocução, possibilitada pela associação ao meio acadêmico altera consideravelmente a operacionalização dessas emoções e até mesmo qual delas é desejável para tais debates. Pela experiência que tive com alguns grupos articulados, por exemplo, discutir sobre *culpa* e *direitos* nesses contextos, é mais claro e dicotômico em discursos localizados. Se pensarmos espacialmente na Universidade de Brasília, existem espaços com uma maior receptividade ao debate político e espaços mais conservadores, essa distinção pode ser feita por áreas de conhecimento em alguns casos, e isso é fundamentado pelo estímulo ao experimento crítico em alguns cursos. Isso aponta para um diálogo afetivo militante muito específico que facilita a convergência e participação política de alguns grupos e isola outros dessas pautas.

Isso também aparece quando pensamos nos mecanismos provenientes dos grupos e coletivos, percebemos uma necessidade de solidariedade coletiva sempre vivenciada a partir de uma série de sinalizações de diferenças, que parecem exclusivamente percepções cognitivas, mas tem um conteúdo emocional que precisa ser reconhecido e teorizado. Essa reflexão vem indicar a forma pela qual o próprio processo de ingresso na Universidade produz o fortalecimento de um reconhecimento enquanto indivíduo capaz, distanciando ainda mais a experiência de compartilhamento enquanto

uma experiência entre iguais se pensarmos de forma cognitiva. Então, é exatamente na dimensão do afeto que é possível construir uma análise da dinâmica desses grupos e suas práticas a partir das suas especificidades.

James Jasper reflete um pouco sobre a afetividade a partir da categoria dos *choques morais* na mobilização dos movimentos sociais, sinalizando pra um aspecto importante das práticas de compartilhamento no contexto acadêmico: a necessidade de percepções preexistentes para compreender e interpretar situações que causam sensibilizações morais. Quando um grupo de cinquenta alunas se encontra em um Centro Acadêmico para se mobilizar sobre um caso de estupro no curso, anterior a isso existe uma percepção negativa do estupro como prática, mas mais do que isso, existe um reforço negativo nos discursos, sinalizando pelo absurdo de prática em meio a cientistas sociais. Ou seja, naquele grupo que supostamente compartilha valores e conhecimentos, uma moral compartilhada que resulta em expectativa de comportamentos específicos a sensibilidade local. Ou seja, nesse caso o catalisador, ou a *brutalidade* aqui colocada, é que o esturador era um de nós.

O afeto é distintivo em maior parte das análises, mas nesse grupo ele fundamenta toda experiência entre mulheres, aproximando os diálogos para além das trajetórias individuais, mas que a partir de compartilhamentos, narrativas e experiências constroem ideais de direitos e um processo de empoderamento sobre seus corpos e vivências que transbordam os limites de emoções preexistentes, dando uma característica muito específica a cada articulação de grupo e experiência. Onde exclusivamente no âmbito acadêmico é preciso reforçar que existe um projeto de sociedade latente que precisa ser pensado e construído frente a tantos desafios teóricos e estruturais que muitas vezes são vistos de forma simplificada se focamos apenas em categorias jurídicas abstratas.

We feel. We try to feel. We want to try to feel. The social guidelines that direct how we want to try to feel may be describable as a set of socially shared, albeit often latent (not thought about unless probed at), rules. In what way, we may ask, are these rules themselves known and how are they developed? (HOCHSCHILD, Arlie. 1979)

CONCLUSÃO

Considerações Finais

No presente trabalho não pretendo de nenhuma forma esgotar a discussão sobre o assunto do abuso sexual no contexto universitário, apenas encerro aqui um primeiro momento da minha permanência nesse contexto enquanto estudante da graduação, com uma reflexão que pretende questionar a trajetória de elaboração e a forma como as identidades e lutas políticas na universidade muitas vezes parecem secundárias, mas na verdade operam por meio de um protagonismo muito sensível a formulação de percepções sobre direitos e um processo construtivo de discussões que fundamentam projetos e reelaborações de sistemas afetivos de uma sociedade.

Quando comecei o trabalho ainda pensando em um percurso mais institucional e jurídico pra analisar casos de abuso sexual de mulheres alcoolizadas não imaginava um encontro tão íntimo com o tema. E foi a partir dessa proximidade ou dessa alteridade tão afetiva que consegui pensar em uma reflexão que começa tão distante e abstrata de normas jurídicas e discussões mais teóricas sobre categorias de humanidade e dignidade, para pensar o compartilhamento e o afeto e a construção da percepção de direitos. Quando partimos de uma compreensão do indivíduo e suas operações simbólicas pra compreender um processo que por meio do coletivo reelabora trajetórias isoladas, é possível pensar em sistemas e estruturas, sem perder de vista práticas expressivas que constroem essas experiências e *fatos*.

Com isso, compreender os limites e extensões das categorias de humanidade e dignidade e como é operada a tutela de direitos tem diálogo direto com como são construídos silêncios e o sentimento de culpa. Ou como, quando compreendemos o espaço público enquanto espaço hegemonicamente masculino e o corpo como lugar de regulação, torna-se latente a discussão sobre o discurso da auto preservação, o conceito de violação, da liberdade e do consentimento. Isso resulta em reflexões sobre a importância do envolvimento político, construção de pautas e identidades dentro do âmbito acadêmico, porque quando falamos nesse espaço, falamos de projetos de sociedade. Mas principalmente quando falamos da quebra do silêncio,

compartilhamento e redes de apoio, falamos de afeto e de aspectos afetivos e reativos, falamos de articulações e de transformações em espaços micro, mas falamos sobre o eco do questionamento nesses pequenos grupos.

O espaço acadêmico dessa forma caracteriza uma esfera onde *o universo discursivo onde normas, projetos e concepções de mundo são publicizados e estão sujeitos a um debate público* (OLIVEIRA, 2008). E quando essas experiências saem de um âmbito privado, do sigilo e da preservação e passam a ser experiências afetivas e reativas, é possível acessar outra sensibilidade e um processo de significação específico.

Ademais, é preciso (re)pensar o sistema de representação pelo qual o sistema jurídico aplica e produz suas normas abstratas, identificando suas limitações na apreensão subjetiva desses casos, não só nas suas exigências pragmáticas mas na forma como ele atende a uma expectativa normativa de comportamento. É preciso que haja um espaço de articulação e permeabilidade na formulação de agendas que estejam mais próximas do universo de práticas e efetividade e distante de uma concepção moral hierárquica. Onde esses casos tenham um grau suficiente de sensibilidade com as desigualdades de direitos fora do âmbito ideal e universal.

As categorias jurídicas de alguma forma têm que se traduzir em experiências mais ou menos compartilhadas por meio de expressões de identificação. E é esse o desafio que se estabelece no diálogo entre as instituições, as normas e as reivindicações e debates latentes nas ruas, bares ou universidades. É preciso quebrar um sistema de impunidade e restabelecer a consciência sobre a violação enquanto assunto público e político. Uma das possibilidades é sair de um sistema de percepção de fatos em dicotomias morais entre íntimo/público, digno/não-digno, humano/não-humano, emoção/cognição.

O que podemos observar nesse sentido é um número crescente de casos ganhando espaço nos diálogos públicos, uma série de direitos garantidos em textos jurídicos, mas uma vivência que aponta para a aparente distância entre a mão e o gesto. Recentemente vários movimentos na internet ganharam força e nos mostram que os casos nas universidades não nos falam de uma realidade localizada, mas em um reflexo de uma cultura sólida de impunidade e silêncio. O movimento #primeiroassédio, por exemplo, que surge nas redes sociais como um movimento de resistência a comentários sobre Valentina, uma participante de 12 anos, de uma série de culinária com crianças na

televisão chamada MasterChef que é assediada nas redes sociais por pedófilos nos mostra de que forma esse diálogo é transversal.

Se falarmos também sobre política nos últimos tempos leis como o Projeto de Lei nº 5069/2013 que quer restringir o atendimento de profilaxia a vítimas que sofrem violência sexual em um sistema no qual já foi sinalizado o alto índice de subnotificação, mostrando a completa incoerência entre a prática e o conjunto de normas abstratas. Como esse projeto sinaliza, hoje temos o parlamento mais conservador dos últimos tempos. E essa não é a primeira ou única lei que pretende restrições a esses direitos e normas abstratas que simbolizam uma série de rompimentos normativos.

O afeto e o compartilhamento aparecem aqui enquanto protagonistas de uma forma de resistências e reatividades compartilhadas. E essa prática, que abordo nesse trabalho, ainda tão localizada em poucos grupos universitários vem sendo reaplicada constantemente em redes sociais com projetos como o “Vamos Juntas?”, que pretende pensar a experiência do afeto e compartilhamento nas ruas, com uma proposta que começa com pequenos relatos de situações de inseguranças onde mulheres por empatia formam redes de apoio fundamentadas em uma experiência de sororidade, a página tem mais de 80 mil curtidas. Outro projeto que caminha nessa direção da quebra de silêncio em redes sociais é o “Chega de Fiu Fiu” que é um portal feminista que pensa ações contra o assédio nas ruas. Além desses existem tantos outros projetos e coletivos e ambos residem em uma mesma reflexão, é preciso quebrar a corrente do silêncio, fazer escândalos. Afetar-nos e afetar o mundo.

Não obstante, essas experiências apontam na direção da experiência do Coletivo Afetadas, grupo que monta a trajetória dessa pesquisa, assim como a vivência de outros coletivos universitários, e tantas redes e conversas que fundamentam essa pesquisa. É a partir do compartilhamento que se torna possível construirmos uma série de rompimentos com a subnotificação, com a omissão institucional, com o medo da burocracia e com a garantia do silêncio. São essas as práticas que constroem novos fatos e apuram a verdade sobre os afetos.

BIBLIOGRAFIA

BOUJIKIAN, Kenarik. Credibilidade da Palavra da Vítima como Prova de Violência Sexual. *Compromisso E Atitude: Informativo Compromisso e Atitude*, v. 4.

BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: O Feminismo e a Questão do Pós-Modernismo. *Cadernos Pagu*, v. 11, 1998.

BUTLER, Judith. Butler e a Desconstrução de Gênero: Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.. *Revista Estudos Feministas: Editora Civilização Brasileira*, v. 13, 2005.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Existe Violência sem Agressão Moral? *Alemanha: RCBS*, v. 23, n. 67, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. Honra, Dignidade e Reciprocidade. *A Nova Ordem Social: perspectivas de solidariedade contemporânea*. 2004

GEERTZ, Clifford. “O saber local: fatos e leis em uma perspectiva comparativa”, in *O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*, Petrópolis, Editora Vozes, 1998, pp. 249-356.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 2. ed. Rio De Janeiro: Editora LTC, 1988. p. 13-15.

HOCHSCHILD, Arlie. Work, Feeling Rules, and Social Structure. *The American Journal of Sociology*. Vol 85. No 3. 551-573. 1979.

JASPER, James. The Emotions of Protest: Affetive and Reactive Emotions in anda round Social Movements. *Sociological Forum*. Vol. 13. No 3. 397-424. 1998.

LIMA, Roberto Kant de. Sensibilidades Jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. *Anuário Antropológico*. 25-51. 2009

MAUSS, Marcel. *Antropologia e Sociologia: Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de "eu"*. 3. ed. 2003: Cosac Naify, 1938. p. 369-399.

MELO, Pedro Paulo Tiago. Pendura essa: A complexa etiqueta nas relações de reciprocidade em um botequim do Rio de Janeiro :Representações sociais acerca do botequim. Niterói: IFCS UFRJ, 2003. p. 19-27.

NASCIMENTO, Wanderson. Corpo: Objeto de um Discurso. Santa Catarina: Seminário Internacional Michel Foucault: Perspectivas, v. 6, 2004.

PINTO, Céli. Paradoxos da Participação Política da Mulher no Brasil. São Paulo : Revista USP, v. 49, 2001. p 98-112.

PONTES, Heloisa. Do Palco aos Bastidores: O SOS Mulher (SP) e as Práticas Contemporâneas Feministas. São Paulo: UNICAMP, 1986. p. 31-42.

SANTOS, Cecilia Macdowell. IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência Contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil. Tel Aviv: Revista E.I.A.L, 2005.

SEGATO, Rita. Os percursos do Gênero na Antropologia e para além dela. Revista Estado e Sociedade. Serie Antropológica. 1998.

SCHER, Monique. Are Emotions a Kind of Practice: (And is that what makes them have a history)? A Bourdieuan Approach to Understanding Emotion. In: History and Theory, 51 (2), 193-220. 2012.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. Representando Corpo e Violência. A Invenção da “violência doméstica” em Timor Leste. RBCS Vol 21 nº61. 2006.

WAGNER, Roy. A Invenção da Cultura. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2012. p. 116-125.